



Investigações
Experimentais

ESTUDOS & PESQUISAS
INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA

50

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA NO BRASIL

COM BASE NA PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente
Cimar Azeredo Pereira (substituto)

Diretor-Executivo
Cimar Azeredo Pereira (substituto)

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Cimar Azeredo Pereira

Diretoria de Geociências
Claudio Stenner

Diretoria de Tecnologia da Informação
Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios
Adriana Araújo Beringuy

Errata

Na página 28, Quadro 3, o valor da coluna "Um subgrupo da dimensão", referente à variável "Tem problemas ambientais causados pelo trânsito e indústria", foi corrigido para $\frac{1}{4}$. O valor estava incorreto devido a um erro de digitação.

Ministério do Planejamento e Orçamento
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios



**Investigações
Experimentais**

Estatísticas Experimentais

Estudos e Pesquisas
Informação Demográfica e Socioeconômica
número 50

Evolução dos Indicadores de Qualidade de Vida no Brasil com Base na Pesquisa de Orçamentos Famíliares



Rio de Janeiro
2023

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISSN 1516-3296 Estudos e pesquisas

Divulga estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional. A série Estudos e pesquisas está subdividida em: Informação Demográfica e Socioeconômica, Informação Econômica, Informação Geográfica e Documentação e Disseminação de Informações.

ISBN 978-85-240-4571-4

© IBGE. 2023

Estas estatísticas são classificadas como experimentais e devem ser usadas com cautela, pois são estatísticas novas que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. Elas são desenvolvidas e publicadas visando envolver os usuários e partes interessadas para avaliação de sua relevância e qualidade.

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato J. Aguiar - Coordenação de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

Ficha catalográfica elaborada pela Gerência de Biblioteca, Informação e Memória do IBGE

Evolução dos indicadores de qualidade de vida no Brasil com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. - Rio de Janeiro : IBGE, 2023.
80 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296 ; n. 50) (Investigações Experimentais. Estatísticas Experimentais).

ISBN 978-85-240-4571-4

1. Orçamento familiar - Brasil. 2. Alimentação. 3. Transportes. 4. Lazer. 5. Contas de despesas. 6. Qualidade de vida. 7. Indicadores sociais. I. IBGE. Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios. II. Série.

CDU 64.03:001.8
SOC

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação	5
Introdução	7
Notas técnicas	13
Conceitos e definições	13
Indicadores de qualidade de vida no Brasil	18
Procedimentos gerais de tratamento das informações e aspectos de amostragem	31
Comentários dos resultados	33
Índice de perda de qualidade de vida (IPQV)	34
Índice de desempenho socioeconômico (IDS)	56
Referências	67
Anexos	71
1 População residente, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2008-2009	73
2 População residente, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018	75
3 Renda disponível familiar <i>per capita</i> - RDFPC, exclusive o valor dos serviços não monetários, segundo as Unidades da Federação - período 2017-2018	77

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

Os propósitos principais da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, são disponibilizar informações sobre a composição orçamentária doméstica e sobre as condições de vida da população, incluindo a percepção subjetiva da qualidade de vida, bem como gerar bases de dados e estudos sobre o perfil nutricional da população.

As últimas três divulgações de resultados da POF 2017-2018 destinaram-se a analisar, de forma abrangente, aspectos da qualidade de vida das famílias brasileiras. Primeiramente, foi realizado um estudo com base em indicadores selecionados com nove temas (renda, moradia, acesso aos serviços de utilidade pública, saúde, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, alimentação, transporte e lazer e viagens), segundo as óticas monetária, não monetária e da avaliação subjetiva. Essas análises foram realizadas para o Brasil e para um conjunto de condicionantes selecionados, como aspectos geográficos, características da pessoa de referência da família, composição familiar e décimos de renda. Após examinar, separadamente, como cada um desses temas impacta a qualidade de vida da população, a sétima publicação com dados exclusivos da POF 2017-2018 trouxe, pela primeira vez, uma avaliação da qualidade de vida da população brasileira por meio de dois índices de perdas ou privações multidimensionais: o índice de perda de qualidade de vida (IPQV) e o índice de desempenho socioeconômico (IDS). Por serem estatísticas novas, que ainda estão em fase de teste e sob avaliação, tais indicadores foram divulgados sob o selo de Investigações Experimentais¹.

¹ Para informações mais detalhadas sobre o estudo, consultar: PESQUISA de orçamentos familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores de qualidade de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. 54 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=32323&t=publicacoes>. Acesso em: maio 2023.

Dando seguimento à série de estudos cujo objetivo é avaliar a qualidade de vida no Brasil, realizada com os dados da POF, esta publicação, também de natureza experimental, traz uma análise temporal do tema, a partir do cálculo do IPQV e do IDS com os dados da edição da POF 2008-2009, confrontando-os com os resultados obtidos na edição da POF 2017-2018. O IPQV é apresentado por recortes geográficos; variáveis associadas à qualificação para o convívio social e para o ingresso na atividade econômica, como a escolaridade; e variáveis relativas à inserção da pessoa de referência da família no mercado de trabalho. O IDS, por sua vez, é apresentado para o Brasil e as Unidades da Federação.

As **Notas técnicas** que integram a publicação sintetizam os procedimentos gerais utilizados na coleta e no tratamento dos dados da pesquisa e descrevem o arcabouço conceitual e o modelo metodológico aplicado para as referidas dimensões e a construção dos índices, entre outras considerações de natureza metodológica. As informações ora divulgadas também estão acessíveis no portal do IBGE na Internet, que disponibiliza, complementarmente, as tabelas de resultados associadas ao presente estudo, bem como os demais resultados e publicações da POF².

O IBGE agradece a todos que contribuíram para a realização da pesquisa, particularmente às famílias entrevistadas, e coloca-se à disposição dos usuários para quaisquer esclarecimentos.

Cimar Azeredo Pereira

Diretor de Pesquisas

² As demais informações podem ser acessadas na página da pesquisa: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html>.

Introdução

A Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF mensura as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias. Possibilita traçar, portanto, um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos.

Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, várias características dos domicílios e das famílias são investigadas, ampliando o potencial de utilização dos resultados da pesquisa. É possível, portanto, estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, as disparidades regionais, as áreas urbana e rural, a extensão do endividamento familiar, a difusão e o volume das transferências entre as diferentes classes de renda e a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços.

Também estão presentes na pesquisa outras óticas não monetárias, fortemente relacionadas à qualidade de vida das famílias. São destaques na POF, a investigação subjetiva do POF 6 sobre a qualidade de vida das famílias, e variáveis não monetárias associadas à estrutura do domicílio, restrições não monetárias à saúde, tempo de deslocamento para o trabalho, acesso aos serviços de utilidade pública, etc. A alimentação é outro tema de destaque e muito explorado que conta com abordagens não monetárias. Além das despesas com alimentação, muitas outras informações foram disponibilizadas pela pesquisa e divulgadas nas últimas publicações.

Até agora já foram divulgadas sete publicações com dados relativos à edição da POF 2017-2018. A primeira publicação da POF 2017-2018 contemplou os temas despesas, rendimentos e variação patrimonial das famílias, aspectos básicos para a análise dos orçamentos domésticos.

Os resultados referentes às despesas e rendimentos foram apresentados nos enfoques monetário e não monetário. A segunda publicação abordou o tema referente às quantidades adquiridas da alimentação domiciliar *per capita*, na qual os resultados foram discutidos segundo os recortes geográficos, as situações urbana e rural e classes de rendimentos. Já a terceira publicação trouxe as informações sobre o consumo alimentar pessoal das pessoas moradoras com 10 anos ou mais de idade, sendo os dados obtidos a partir da aplicação do Bloco de Consumo Alimentar Pessoal (POF 7). O tema da quarta publicação da pesquisa e, pela primeira vez aplicado na POF, foi a situação da segurança alimentar no Brasil. Os dados deste estudo foram obtidos a partir da aplicação das perguntas da Escala Brasileira de Medida Direta da Insegurança Alimentar - EBIA, que foi introduzida no questionário sobre Avaliação das Condições de Vida (POF 6).

O rico conjunto de informações levantado pela pesquisa possibilita a avaliação da qualidade de vida das famílias por três óticas. (1) A ótica monetária da renda e da despesa na qual as aquisições de bens e serviços são avaliadas segundo os preços destes mesmos produtos e serviços vigentes na sociedade. (2) A ótica da avaliação subjetiva na qual as aquisições de bens e serviços (e outros elementos da qualidade de vida) são avaliados diretamente pelas famílias. (3) A ótica da caracterização não monetária que busca as peculiaridades de bens e serviços (e outros elementos da qualidade de vida), inclusive para item com preços determinados e observados.

As três óticas se justificam porque pessoas compram produtos com características diferentes. Tais características, quando combinadas com as características da própria pessoa e da sociedade, tornam o produto mais ou menos útil e influencia o bem-estar usufruído pelo seu uso, que vai depender desta combinação. Dessa forma, as pessoas podem utilizar a renda como instrumento para comprar os bens desejados. Entretanto a compra do produto não garante a satisfação e a qualidade de vida quando a sociedade não cria as condições necessárias para o aproveitamento dos produtos. Por exemplo, considere o caso de um cadeirante que compre uma cadeira de rodas. A cadeira de rodas garantirá a capacidade da pessoa se locomover, porém a acessibilidade dependerá da existência de ruas e calçadas apropriadas. Na ausência da manutenção a mobilidade do cadeirante não é assegurada e não se pode garantir que a compra do bem gere o bem-estar e ou a qualidade de vida desejada³.

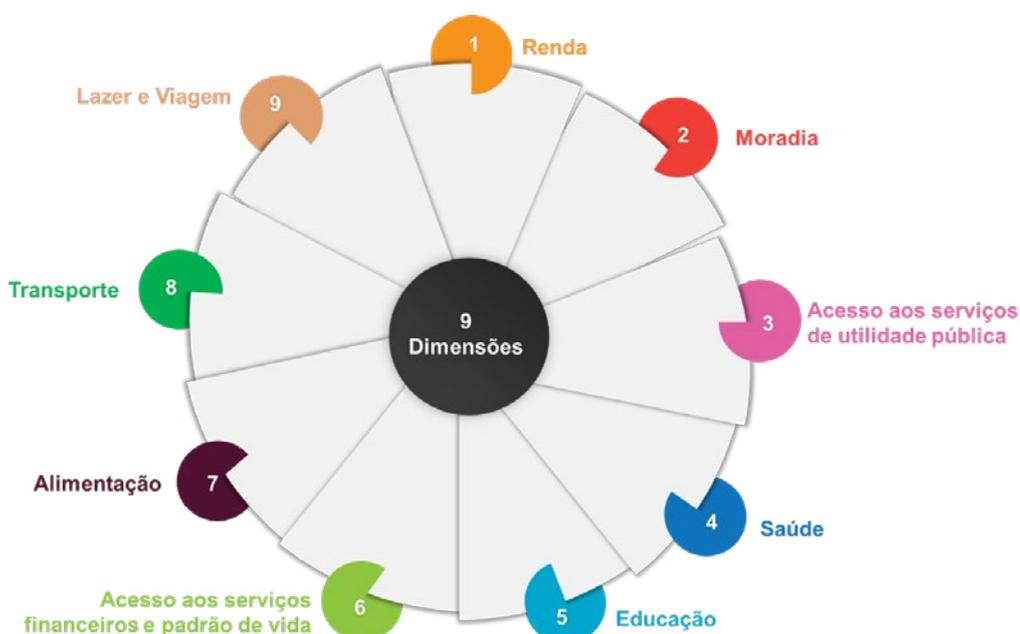
A partir destas informações foi possível divulgar na quinta e na sexta publicação o Perfil das Despesas: indicadores selecionados, que analisaram as nove dimensões ou temas (renda, moradia, acesso à serviços de utilidade pública, saúde, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, alimentação, transporte e lazer e viagens) contemplados no painel representado pela Figura 1, segundo as óticas monetária, não monetária e da avaliação subjetiva. Os referidos estudos investigaram de forma abrangente aspectos da qualidade de vida para o Brasil e para um conjunto de condicionantes selecionados, como aspectos geográficos, características da pessoa de referência da família, composição familiar e décimos de renda. Tais características podem contribuir para elucidar de que forma que as

³ A importância do acompanhamento da qualidade de vida, da satisfação e do bem-estar subjetivo e de medidas de rendimento mais próximas à renda disponível é enfatizada por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), Organisation for Economic Co-operation and Development (2013), na publicação *How's life? 2015: measuring well-being* (2015) e no relatório *Human development report 2019: beyond income, beyond averages, beyond today: inequalities in human development in the 21st century* (2019). Sobre diferentes abordagens para mensuração da qualidade de vida e da pobreza ver Oliveira (2010), Athias e Oliveira (2016), Nussbaum e Sen (1993), Adler e Fleurbaey (2016) e D'Ambrosio (2018). Para uma avaliação do bem-estar no Brasil com base no consumo ver Oliveira e outros (2016, 2017) e *Mapa de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros 2003* (2008), do IBGE.

características dos bens, das famílias, e da sociedade afetam a qualidade de vida e as avaliações subjetivas no País.

A sétima publicação com dados exclusivos da POF 2017-2018 trouxe, pela primeira vez, uma avaliação da qualidade de vida da população brasileira por meio de dois índices de perdas ou privações multidimensionais: o índice de perda de qualidade de vida (IPQV) e o índice de desempenho socioeconômico (IDS). Por serem estatísticas novas, que ainda estão em fase de teste e sob avaliação, tais indicadores foram divulgados sob o selo de Investigações Experimentais⁴. Segundo Anand e Sen (1997), cumprir realçar, mensurar as privações (as perdas na qualidade de vida) demandam uma abordagem microfocada nos indivíduos, enquanto mensurar o progresso (ou desenvolvimento) socioeconômico requer uma abordagem agregada, focada no conjunto da sociedade.

Figura 1 - Painel das dimensões e temas

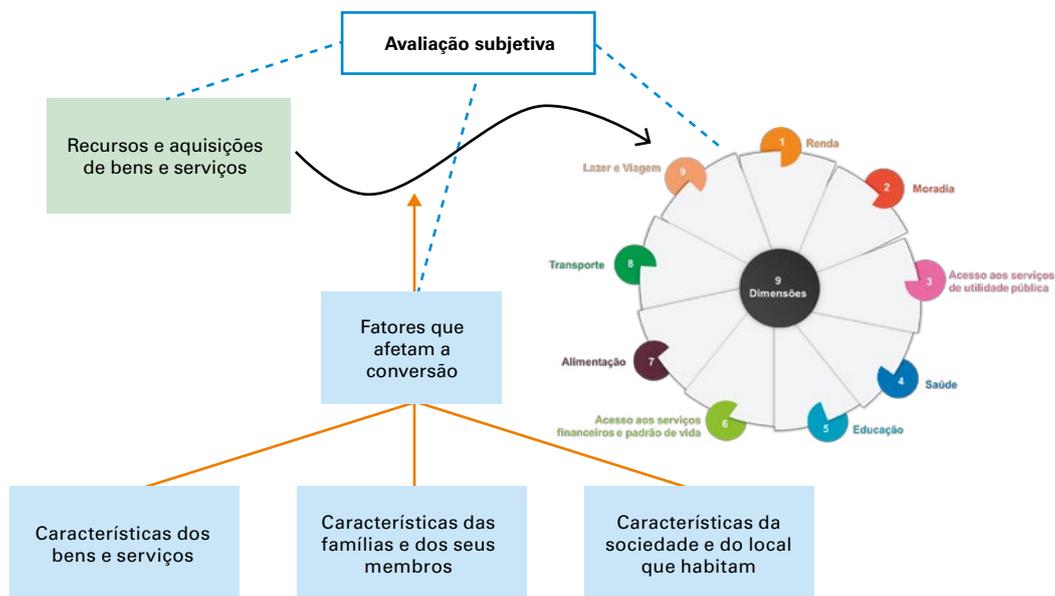


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

O IPQV atua como um identificador das perdas (ou privações) as quais as pessoas sofreram na sua qualidade de vida. Estas perdas ocorrem porque as famílias têm dificuldades em transformar integralmente todos os seus recursos e as suas aquisições de bens e serviços em qualidade de vida. As características das famílias e dos seus membros, aspectos da sociedade e da localização de onde vivem, além dos bens e serviços adquiridos, são os principais fatores que afetam a conversão de todos os recursos em qualidade de vida das famílias. Este processo pode ser visualizado a partir da esquematização representado na Figura 2.

⁴ Para informações mais detalhadas sobre o estudo, consultar: PESQUISA de orçamentos familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores de qualidade de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. 54 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=32323&t=publicacoes>. Acesso em: maio 2023.

Figura 2 - Fatores que afetam a conversão dos recursos e aquisições de bens e serviços



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Deve-se salientar que a renda familiar, denominada como dimensão 1, não é de fato uma dimensão, pois ela em conjunto com o preço, define a restrição orçamentária das famílias que mostra as possibilidades de consumo das dimensões estudadas.

O IPQV foi construído a partir de alguns dos indicadores⁵ qualitativos e subjetivos calculados para as dimensões e temas estudados anteriormente⁶. A perda da qualidade de vida é calculada como uma função de uma lista de atributos. Cada atributo é representado por uma variável binária 0 ou 1, onde 1 indica que a pessoa ou a família sofre determinada privação. Outro fator relevante a se destacar sobre o IPQV é que cada dimensão tem o mesmo peso, embora haja um número diferente de variáveis indicadoras em cada dimensão. Para tanto os indicadores são ponderados de tal forma que a soma dos pesos seja a mesma em cada uma das dimensões. Isto significa dizer que para o cálculo do IPQV não há diferença de importância entre a educação ou moradia, por exemplo.

A mensuração do progresso socioeconômico é realizada a partir de uma medida agregada direcionada a toda a sociedade, descontada pelas privações sofridas por ela. Assim, para a construção do IDS utilizou-se como medida de progresso socioeconômico a renda disponível familiar *per capita* (RDFPC) (ou seu logaritmo⁷), calculada com as informações de rendimento monetário e não monetário e deduções da POF

⁵ Na dimensão educação foram calculados cinco indicadores referentes a acesso a escola e atraso escolar que não foram contemplados na publicação do IBGE *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados* (2020).

⁶ Para maiores detalhes sobre a construção do IPQV e os indicadores utilizados ver a seção **Notas técnicas** e o Quadro 3.

⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (HUMAN..., 2019), por exemplo, também é uma função do log da renda *per capita*.

(PESQUISA..., 2020), e o IPQV como a privação. A análise do IDS é realizada para o Brasil e todas as Unidades da Federação.

Em virtude da relevância e do impacto dos resultados obtidos com o cálculo do IPQV e do IDS para a POF 2017-2018, decidiu-se estender a análise desses índices multidimensionais para a POF 2008-2009 e observar a evolução da qualidade de vida da população brasileira entre as duas edições da pesquisa. A análise temporal ora empreendida também tem natureza experimental, por contemplar estatísticas novas, que ainda estão em fase de teste e sob avaliação.

A construção do IPQV necessita de uma prévia definição de um conjunto de variáveis a partir de características relevantes das famílias para a avaliação da qualidade de vida. É necessário ressaltar que para desenvolver um estudo comparativo como este, onde há a necessidade de padronização dos resultados, foi desenvolvida cuidadosamente uma harmonização entre as variáveis existentes nas duas edições da pesquisa, viabilizando a construção de indicadores que fossem comparáveis temporalmente. Embora haja um esforço para manter um padrão nos quesitos a cada nova edição da pesquisa, a POF obrigatoriamente necessita ser sempre atualizada, visto que acompanha as mudanças no comportamento de consumo das famílias brasileiras. Outro ponto a ser levantado é o compromisso do IBGE em se manter atualizado com as revisões metodológicas e conceituais dos diversos temas abordados em suas pesquisas. Sendo assim, nem sempre é possível manter todos os quesitos e categorias exatamente iguais como nas edições anteriores. Na próxima seção e nos Quadros 3 e 4 os indicadores atualizados para este estudo serão discriminados com mais detalhes.

Em relação ao IDS, dois exercícios foram realizados, um que calcula o IDS incluindo os valores da renda dos serviços não monetários na renda disponível familiar *per capita* (RDFPC) e outro que os exclui, exceto o aluguel imputado. Este segundo exercício é feito para viabilizar a comparação entre os IDS das POFs 2008-2009 e 2017-2018, visto que na edição anterior estes valores ainda não eram captados na pesquisa (ver as **Notas técnicas** desta publicação).

Pode-se destacar dentre os principais resultados acerca deste estudo a evidente melhora na qualidade de vida da população brasileira entre 2008-2009 e 2017-2018, medida pelo IPQV em relação a todos os condicionantes levantados neste trabalho: recortes geográficos, décimos de renda, estrutura familiar e características da pessoa de referência da família. O IPQV do Brasil foi de 0,227 em 2008-2009 e caiu para 0,157 em 2017-2018⁸. Nas Grandes Regiões a queda do IPQV foi equilibrada em cerca de 30%. A evolução na qualidade de vida no período também foi observada através das perdas individuais, pois a parcela da população representada pela classe de valor com maiores perdas individuais caiu cerca de 17 pontos percentuais (p.p.) e a classe com menos perdas individuais subiu 8,2 p.p..

Considerando o resultado do IDS, o Brasil e todas as suas Unidades da Federação tiveram aumento na qualidade de vida. O valor do IDS Brasil passou de 5,452 em 2008-2009 para 6,147 em 2017-2018 (excluindo os serviços não monetários do cálculo da RDFPC), uma variação de 12,8%. Já o valor do IDS 2017-2018 atualizado, ou seja, que inclui a renda dos serviços não monetários foi de 6,212.

⁸ Foi realizada uma atualização nas variáveis dos indicadores que compõem o IPQV 2017-2018 de forma que o valor divulgado em (PESQUISA..., 2021a) registrou uma pequena variação.

Sobre a abrangência da pesquisa, cabe ressaltar que a POF 2017-2018 é a sexta pesquisa realizada pelo IBGE sobre orçamentos familiares. As pesquisas anteriores foram o Estudo Nacional de Despesa Familiar - ENDEF 1974-1975, com âmbito Territorial Nacional – à exceção das áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste, a POF 1987-1988, a POF 1995-1996, a POF 2002-2003 e a POF 2008-2009. As POFs dos anos 1980 e 1990 foram concebidas para atender, prioritariamente, a atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE, sendo realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no Município de Goiânia e no Distrito Federal. A POF 2002-2003 e a POF 2008-2009 dão igual prioridade às demais aplicações anteriormente mencionadas.

A amostra da POF 2017-2018 manteve características do desenho aplicado à POF 2008-2009, cobrindo todo o Território Nacional e mantendo sua concepção segundo o conceito de amostra mestra, que o IBGE adota para todas as pesquisas domiciliares por amostragem no contexto mais amplo do projeto de reformulação dessas pesquisas – a construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares - SIPD.

Cabe ainda, nessas considerações iniciais, esclarecer sobre a adoção do termo “família” nas publicações de resultados da POF. Esta pesquisa é realizada por amostragem, na qual são investigados os domicílios particulares permanentes. No domicílio, por sua vez, é identificada a unidade básica da pesquisa – unidade de consumo – que compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia. É importante ressaltar que esta definição, que será detalhada mais adiante, segue as recomendações e práticas internacionais referentes às pesquisas similares.

Para propiciar a compreensão dos resultados aqui apresentados, assim como estudos futuros, os conceitos adotados na pesquisa e sua metodologia constituem parte dessa publicação.

Notas técnicas

Conceitos e definições

Neste módulo, são apresentados os conceitos relacionados aos resultados desta publicação, segundo as seguintes variáveis: domicílios, unidades de consumo, pessoas, despesas, rendimentos e condições de vida. Antecede aos temas a descrição das referências temporais inerentes ao levantamento e à qualidade das informações sobre orçamentos familiares. Estas definições referentes à variável tempo são básicas para o entendimento dos conceitos e resultados da pesquisa.

Na Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2017-2018, três enfoques temporais foram utilizados.

Período de realização da pesquisa

Para propiciar a estimação de orçamentos familiares que contemplem as alterações a que estão sujeitos ao longo do ano, tanto as despesas quanto os rendimentos, o tempo de duração da pesquisa foi definido em 12 meses. O período de realização da POF 2017-2018 teve início no dia 11 de julho de 2017 e término no dia 9 de julho de 2018.

Período de referência das informações de despesas e rendimentos

A investigação de uma grande diversidade de itens de despesas, com diferentes valores unitários e diferentes frequências de aquisição, requer definir períodos de observação variados. Em geral, as despesas de menor valor são aquelas normalmente realizadas com mais frequência, enquanto as despesas de maior valor são realizadas com menor frequência. Além disso, a memória das informações relacionadas a uma

aquisição com valor mais elevado é preservada por um período mais longo. Assim, com o objetivo de ampliar a capacidade do informante para fornecer os valores das aquisições realizadas e as demais informações a elas associadas, foram definidos quatro períodos de referência: sete dias, 30 dias, 90 dias e 12 meses, segundo os critérios de frequência de aquisição e do nível do valor do gasto.

Os rendimentos e as informações a eles relacionadas são coletados segundo o período de referência de 12 meses.

Como a operação da coleta tem duração de 12 meses, os períodos de referência das informações de despesas e rendimentos não correspondem às mesmas datas para cada domicílio selecionado. Para cada informante, os períodos de referência foram estabelecidos como o tempo que antecede à data de realização da coleta no domicílio. A exceção é o período de referência de sete dias, que é contado no decorrer da entrevista.

Data de referência da pesquisa

Como as POFs combinam um período de coleta de 12 meses com períodos de referência de até 12 meses, adotado para alguns itens de despesa e para os rendimentos, as informações se distribuem em um período total de 24 meses. Durante os 24 meses mencionados, ocorrem mudanças absolutas e relativas nos preços, requerendo que os valores levantados na pesquisa sejam valorados a preços de uma determinada data.

A data de referência fixada para a compilação, análise e apresentação dos resultados da POF 2017-2018 foi 15 de janeiro de 2018.

Domicílio

Domicílio é a unidade amostral da pesquisa, consistindo também em importante unidade de investigação e análise para caracterização das condições de moradia das famílias.

Domicílio

É a moradia estruturalmente separada e independente, constituída por um ou mais cômodos, sendo que as condições de separação e independência de acesso devem ser satisfeitas.

A condição de separação é atendida quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas e outros, quando é coberto por um teto e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia.

A independência é atendida quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

Domicílio particular permanente

Destina-se à habitação de uma ou mais pessoas, ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, sendo todo ou parte destinado exclusivamente à moradia.

Na POF, em função de seus objetivos e características, somente foram pesquisados os domicílios particulares permanentes.

Características dos domicílios

Para a presente publicação, as seguintes características dos domicílios foram analisadas: forma de abastecimento de água; escoadouro de banheiro, sanitário ou buraco para dejeções; destino do lixo e combustível utilizado na preparação de alimentos.

Unidade de consumo

A unidade de consumo é a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos. Para efeito de divulgação da POF, o termo “família” é considerado equivalente à unidade de consumo.

A unidade de consumo compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham da mesma fonte de alimentação, isto é, utilizam um mesmo estoque de alimentos e/ou realizam um conjunto de despesas alimentares comuns. Nos casos em que não existia estoque de alimentos nem despesas alimentares comuns, a identificação ocorreu por meio das despesas com moradia.

Unidade de consumo principal

A unidade de consumo principal é aquela à qual pertence o responsável pela maior parte das despesas de moradia (aluguel ou prestação de imóvel próprio e/ou contas e taxas de serviços do domicílio).

Unidade de orçamento

Morador que teve alguma participação no orçamento da unidade de consumo no período de referência de 12 meses.

Os moradores ausentes, os moradores com menos de 10 anos de idade e os moradores cuja condição no domicílio fosse de empregado doméstico ou parente de empregado doméstico não foram pesquisados como unidade de orçamento. Nas situações de moradores com menos de 10 anos, as aquisições e rendimentos correspondentes são registrados juntamente com os da pessoa responsável pelo menor.

A unidade de orçamento é representada por:

a) Unidade de orçamento despesa

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou a realização de aquisições que resultaram em despesas monetárias e/ou não monetárias.

b) Unidade de orçamento rendimento

Morador cuja participação no orçamento da unidade de consumo representou qualquer tipo de ganho monetário - remuneração do trabalho, transferência, aluguel de imóvel, aplicações financeiras, entre outros. Também foram consideradas todas as pessoas que exerceram algum tipo de trabalho não remunerado.

Despesas

A POF teve como objetivo principal pesquisar todas as despesas, que foram definidas como monetárias e não monetárias.

Despesas monetárias

São aquelas efetuadas por meio de pagamento, realizado à vista ou a prazo, em dinheiro, cheque ou com utilização de cartão de crédito.

Despesas não monetárias

São aquelas efetuadas sem pagamento monetário, ou seja, aquisição obtida por meio de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado durante os períodos de referência da pesquisa, disponíveis para utilização. As valorações das despesas não monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local.

O aluguel atribuído ao domicílio cuja condição de ocupação era diferente de alugado foi também contabilizado como despesa não monetária, assim como nas pesquisas anteriores.

É importante observar que as despesas não monetárias são iguais, em termos contábeis, aos rendimentos não monetários, com exceção do valor do aluguel estimado, cujo tratamento é explicitado na definição do rendimento. O critério adotado no tratamento das informações para as despesas não monetárias segue as recomendações contidas no documento *Informe de la conferencia*, da XVII Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ESTADÍSTICOS DEL TRABAJO, 2003) realizada pela Organização Internacional do Trabalho - OIT (International Labour Organization - ILO), em dezembro de 2003.

A forma de obtenção complementa a caracterização das despesas informadas.

Forma de obtenção

Refere-se à forma de obtenção dos produtos e serviços adquiridos pelas unidades de consumo. Foram coletadas informações sobre as aquisições monetária e não monetária. Deste modo, utilizou-se a forma de obtenção como variável de classificação das despesas, com o objetivo principal de identificá-las como monetárias e não monetárias.

Assim, foram definidas as seguintes categorias para a variável forma de obtenção:

1. Monetária à vista para a unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado sem nenhum parcelamento.
2. Monetária à vista para outra unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado sem nenhum parcelamento.

3. Monetária a prazo para a unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, cartão de crédito, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado com qualquer tipo de parcelamento.
4. Monetária a prazo para outra unidade de consumo – quando o dispêndio realizado por qualquer membro na aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo teve o pagamento efetivado em dinheiro, cheque, cartão de débito bancário, cartão de crédito, vale-refeição, vale-transporte etc., e foi praticado com qualquer tipo de parcelamento.
5. Cartão de crédito à vista para a unidade de consumo – quando a aquisição do produto ou serviço destinado à própria unidade de consumo foi monetária com cartão de crédito e praticada sem nenhum parcelamento. Também foram incluídas nessa categoria as aquisições realizadas no período de referência com cartão de crédito à vista que ainda não tinham sido pagas.
6. Cartão de crédito à vista para outra unidade de consumo – quando a aquisição do produto ou serviço destinado a outra unidade de consumo foi monetária com cartão de crédito e praticada sem nenhum parcelamento. Também foram incluídas nessa categoria as aquisições realizadas no período de referência com cartão de crédito à vista que ainda não tinham sido pagas.
7. Doação – quando, na aquisição do produto pelo morador, não houve nenhum dispêndio em dinheiro, cheque, cartão ou bens e serviços, ou seja, o produto foi adquirido ou obtido sem nenhum custo. Como exemplo: presentes, remédios recebidos em postos de saúde e cesta básica de alimentos fornecida pelo empregador.
8. Retirada do negócio – quando a aquisição do produto pelo morador foi feita utilizando-se estoque não destinado ao consumo do domicílio e voltado para o comércio ou negócio a cargo do morador.
9. Troca – quando um produto foi adquirido pelo morador mediante permuta por outro produto ou serviço.
10. Produção própria – quando a aquisição do produto pelo morador representou uma retirada de sua própria produção (autoconsumo). Essa classificação só foi utilizada se nenhuma parte da produção foi comercializada, pois, caso contrário, representou uma retirada do negócio.
11. Outra – quando foi verificada uma outra forma de aquisição que não se enquadrasse nas definições acima, como produto achado, produto roubado, entre outros.

Cabe ressaltar que, na classificação adotada na geração dos resultados para todos os tipos de aquisições, definiu-se como despesas monetárias aquelas correspondentes às categorias da variável forma de obtenção de 1 a 6, e como despesas não monetárias as correspondentes às categorias de 7 a 11.

Despesa total

Inclui todas as despesas monetárias realizadas pela unidade de consumo na aquisição de produtos, serviços e bens de qualquer espécie e natureza, e as despesas não monetárias com produtos e bens, além do serviço de aluguel.

Compõem a despesa total todas as despesas monetária e não monetária correntes (despesas de consumo e outras despesas correntes), o aumento do ativo e a diminuição do passivo.

Despesas correntes

As despesas correntes incluem as despesas de consumo e as outras despesas correntes.

Despesas de consumo

Correspondem às despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa. Estão organizadas segundo os seguintes grupamentos: alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene e cuidados pessoais, assistência à saúde, educação, recreação e cultura, fumo, serviços pessoais e outras despesas diversas não classificadas anteriormente.

Indicadores de qualidade de vida no Brasil

Pessoas

Pessoa moradora, excluindo empregado doméstico e parente de empregado doméstico

Pessoa que tinha o domicílio como residência única ou principal e que não se encontrava afastada deste por período superior a 12 meses. Aquelas que se achavam presentes por ocasião da coleta da pesquisa são consideradas moradores presentes. A pessoa é moradora ausente se, por ocasião da coleta, estava afastada temporariamente.

Nesta publicação é considerado apenas um subconjunto dos moradores: os moradores com condição na unidade de consumo (família) diferente de empregado doméstico e parente de empregado doméstico. Ou seja, são excluídos dos moradores os empregados domésticos que trabalhavam para as famílias entrevistadas assim como os parentes destes empregados domésticos.

Total de pessoas moradoras, excluindo empregado doméstico e parente de empregado doméstico

Conceito utilizado no plano tabular, que consiste na estimativa do total do número de pessoas moradoras presentes e ausentes das unidades de consumo na população ou em uma determinada classe, com condição na unidade de consumo (família) diferente de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Pessoa de referência da unidade de consumo

Foi considerada aquela pessoa responsável por uma das seguintes despesas: aluguel, prestação do imóvel ou outras despesas de habitação (condomínio, imposto predial,

serviços, taxa etc.). No caso em que nenhum morador satisfizesse a pelo menos uma das condições acima, a pessoa de referência foi aquela assim considerada pelos moradores da unidade de consumo. Se mais de uma pessoa foi identificada pelos moradores, estabeleceu-se a idade mais alta como critério de escolha.

Renda

Renda disponível

A soma dos rendimentos monetários recebidos (pelo trabalho, transferências e outras fontes) mais os valores dos bens e serviços adquiridos de forma não monetárias (rendimento não monetário) menos valores pagos em impostos diretos, contribuições sociais e outras deduções (transferências pagas) de forma compulsória ou quase compulsória.

Impostos diretos, contribuições e outras deduções

São os valores pagos diretamente pelas famílias na forma de impostos, contribuições sociais, e outras deduções de forma compulsória ou quase compulsória. Tais pagamentos consistem nas transferências realizadas pelas famílias para o governo, instituições e outras famílias, e que reduzem a renda disponível para o consumo das famílias.

Renda não monetária

É a soma de todos os valores dos bens e serviços adquiridos de forma não monetárias (rendimento não monetário). São incluídos os valores de bens e serviços providos pelo governo, instituições e outras famílias, assim como o aluguel estimado. Para a imputação do valor do rendimento não monetário correspondente ao aluguel estimado, foram deduzidas as despesas com manutenção e reparos, impostos, taxas de serviços e seguros com o domicílio, conforme as recomendações contidas no documento *Informe de la conferencia*, publicado pela OIT, em dezembro de 2003.

É importante salientar que na edição da POF 2008-2009 a renda não monetária era relativa apenas aos valores da aquisição de bens. A valoração dos serviços não monetários passou a ser captada a partir da edição da POF 2017-2018.

Renda monetária

Considerou-se como rendimento todo e qualquer tipo de ganho monetário, exceto a variação patrimonial, recebido durante o período de referência de 12 meses anteriores à data de realização da coleta das informações.

O rendimento foi pesquisado para cada um dos moradores que constituiu uma unidade de orçamento/rendimento.

Renda disponível familiar *per capita* (RDFPC)

Para cada unidade de consumo (cada família), a RDFPC é a divisão do total da renda disponível pelo total de moradores. A RDFPC da unidade de consumo é atribuída a cada um dos moradores (lembrando que nesta publicação o conceito de morador exclui as pessoas com condição na família de empregado doméstico e parente de empregado doméstico).

Renda líquida

Os rendimentos líquidos diferem do cálculo da renda disponível em um aspecto: são contabilizados apenas valores monetários coletados no POF 5 e alguns poucos códigos do quadro 48 interpretados como deduções dos rendimentos do trabalho. Dessa forma, valores não associados aos rendimentos do trabalho, às transferências ou aos outros rendimentos não entram nas contas da renda líquida. Por exemplo, o IPVA pago pela família não entra no cálculo da renda líquida, mas entra no cálculo da renda disponível. Assim como a renda disponível, a renda líquida também é calculada em termos *per capita*, dividindo a soma dos valores pelo total de moradores, excluindo as pessoas com condição na família de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Renda mínima

A renda mínima é captada com o quesito 2 do POF 6: levando em conta a situação atual da sua família, qual seria o rendimento mensal familiar mínimo necessário para chegar até o fim do mês? Assim como a renda disponível, os valores da renda mínima são reportados em termos *per capita*, dividindo a soma dos valores pelo total de moradores, excluindo as pessoas com condição na família de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Variação patrimonial

Compreende vendas de imóveis, carros e outros bens, heranças e o saldo positivo da movimentação financeira (depósitos e retiradas de aplicações financeiras como, por exemplo, poupança e cotas de fundos de investimento).

Temas e dimensões

Cabe fazer uma distinção sobre a nomenclatura adotada nas publicações anteriores que trataram sobre os indicadores de qualidade de vida (PESQUISA..., 2021b, 2020) e nas publicações relativas aos estudos de indicadores de qualidade de vida multidimensional. No primeiro caso, os termos temas e dimensões foram utilizados como sinônimos, muito embora tenha sido destacado que renda não configurava uma dimensão. Entretanto, neste estudo estes dois termos foram tratados de forma distinta.

Posto isto, a nomenclatura temas refere-se a lista de nove tópicos que foram analisados separadamente nas publicações (PESQUISA..., 2021a, 2021b, 2020), sendo eles: renda, moradia, acesso aos serviços de utilidade pública, saúde, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, alimentação, transporte e lazer e viagem.

No que concerne à nomenclatura dimensões, há uma aglutinação de alguns temas correlatos a fim de melhorar a composição dos indicadores e os seus pesos correspondentes. Para os cálculos do IPQV os temas da alimentação e saúde são agregados em uma única dimensão, seguindo outros índices multidimensionais existentes na literatura, como, por exemplo, o índice de pobreza multidimensional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (United Nations Development Programme - UNDP) (HUMAN..., 2019). A ideia é que as privações de alimentação refletem na saúde das pessoas, sendo esperado que uma pessoa ou família em insegurança alimentar grave tenha perdas na qualidade de vida no que se refere a sua saúde. Os outros temas que foram agregados são transporte e lazer⁹. Tal agregação se justifica pelo uso do tempo e pela necessidade de balancear ou equilibrar as atividades do dia a dia. Tanto o tempo gasto no deslocamento para o trabalho quanto na própria

⁹ A POF não dispõe de indicadores não monetários para o tema viagens à lazer, sendo assim, para o computo do IPQV, apenas lazer foi utilizado.

jornada de trabalho afetam a disponibilidade dos membros da família para realizar outras tarefas diárias e para o lazer¹⁰.

Assim, temos seis dimensões: moradia (aspectos do meio ambiente e estrutura e outras características do domicílio), serviços de utilidade pública, saúde e alimentação, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, transporte e lazer.

O Quadro 1 lista os temas que foram abordadas com as informações disponíveis na pesquisa, assim como variáveis e indicadores que foram adotados em cada uma das dimensões. Os indicadores monetários de despesa avaliam a importância que a sociedade e as famílias dão aos bens e serviços em função dos preços de mercado. Já os indicadores subjetivos mostram como as famílias avaliaram diretamente bens e serviços assim como as condições de vida que a sociedade proporciona. Por fim, os demais indicadores não monetários focam nas características dos bens e serviços disponíveis que, combinadas com as características das próprias famílias e da sociedade, podem garantir ou limitar as condições de vida. Com esta riqueza de detalhes, são montados painéis de indicadores para cada dimensão, revelando aspectos específicos e que afetam o dia a dia da população brasileira.

Quadro 1 - Temas de qualidade de vida utilizadas no Perfil de Despesas

Temas		Descrição
1	Renda	Avaliação subjetiva da renda mínima familiar
		Renda disponível e seus componentes
		Renda líquida e seus componentes
		Pobreza e desigualdade de renda
2	Moradia: aspectos do meio ambiente e características da estrutura do domicílio	Despesas relacionadas a serviços de moradia
		Aspectos do meio ambiente
		Estrutura do domicílio e avaliação subjetiva da situação de risco e padrão do domicílio
3	Acesso aos serviços de utilidade pública	Despesas e acesso a serviços de necessidades essenciais: água, luz elétrica, gás, comunicação e coleta de lixo e avaliação subjetiva dos mesmos
4	Saúde	Despesas com medicamentos, produtos farmacêuticos e serviços médicos
		Acesso e despesa com plano de saúde
		Restrição a medicamentos e serviços de saúde e avaliação do padrão de vida familiar em relação a saúde
5	Educação	Despesa com serviços de educação, segundo o nível, de ensino
		Avaliação subjetiva da educação
6	Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida	Despesas de serviços financeiros e empréstimos e avaliação da renda familiar
7	Alimentação	Despesas dentro e fora do domicílio
		Avaliação do padrão de vida da família em relação a alimentação e do valor mínimo de gastos com alimentação
8	Transporte	Despesa com transporte público e particular
		Tempo de deslocamento no transporte para o trabalho e avaliação do padrão de vida familiar em relação ao transporte
9	Lazer e viagem	Despesas com entretenimento e viagens por motivo de lazer e avaliação do padrão de vida familiar em relação ao lazer

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

¹⁰ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD), por exemplo, trabalha com um conceito semelhante de *work and life balance* (HOW'S..., 2015).

Características das pessoas de referência e das famílias – condicionantes

Os indicadores de cada dimensão (moradia, acesso aos serviços de utilidade pública, saúde e alimentação, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, transporte e lazer) desta divulgação são calculados, em sua maioria, tanto para o Brasil quanto para subgrupos da população definidos em função das características da família, tais como localização, décimos da RDFPC, composição da família e características da pessoa de referência da família. Mais especificamente, características listadas no Quadro 1.

Para cada condicionante (coluna 1 do Quadro 2) são associadas categorias (coluna 3 do Quadro 2) que definem a população ou um subgrupo da população de interesse. Por exemplo, a categoria urbana associada à localização geográfica do domicílio define o subgrupo da população formado pelos moradores que residem em área urbana. A categoria mais de um adulto sem criança define o subgrupo da população formado pelos moradores das famílias com dois ou mais adultos, sendo considerada como criança o morador com 14 anos de idade ou menos, como adulto o morador com 15 a 64 anos de idade e como idoso o morador com 65 anos ou mais de idade. Cada décimo de renda contém cerca de 10% dos moradores selecionados em função dos decis da RDFPC.

Os demais condicionantes do Quadro 2 (composição demográfica, sexo, cor, nível de instrução, ocupação e formalização) definem subgrupos da população com base nas características da pessoa de referência da família. Por exemplo, ao condicionante sexo está associada a categoria homem que define o subgrupo da população formado pelos moradores das famílias onde a pessoa de referência é homem, neste subgrupo há homens e mulheres. De forma semelhante, a categoria mulher define o subgrupo da população onde a pessoa de referência da família é mulher e, novamente, neste subgrupo há homens e mulheres.

Quadro 2 - Localização geográfica do domicílio e características definidas como condicionantes

Condicionantes	Definição	Categorias selecionadas
Localização geográfica do domicílio	Brasil	
	Situação do domicílio, segundo sua área de localização	Urbano
		Rural
	Grandes Regiões	Norte
		Nordeste
		Sudeste
		Sul
Centro-Oeste		
Composição demográfica	Compreende informações sobre as estruturas familiares de acordo com os ciclos de vida familiar	Até 24 anos
		25 a 49 anos
		50 a 64 anos
		65 anos ou mais
Cor ou raça da pessoa de referência	Cor ou raça declarada pelo morador	Pretos e pardos
		Branços
Sexo da pessoa de referência	Sexo do morador	Homem
		Mulher
Nível de Instrução da pessoa de referência	A classificação segundo o nível de instrução foi obtida em função das informações da série e do nível ou grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores com o vigente	Sem instrução
		Ensino fundamental incompleto
		Ensino fundamental completo
		Ensino médio incompleto
		Ensino médio completo
		Ensino superior incompleto
Ocupação e formalização da pessoa de referência	Pessoa de 10 anos ou mais que exerceu trabalho durante pelo menos quatro horas completas em ao menos um dos doze meses de referência ou que estava afastada temporariamente de um trabalho remunerado nesse período	Empregado doméstico
		Empregado privado
		Militar e empregado do setor público
		Conta própria
		Empregador
	Fora da força de trabalho são as pessoas que não estão procurando trabalho ou são não ocupados; outros casos são pessoas desempregados ou com ocupação em ajuda a algum membro do domicílio	
Composição da família	Compreende informações sobre as estruturas familiares de acordo com seus padrões de organização	Um adulto sem criança
		Um adulto com ao menos uma criança
		Mais de um adulto sem criança
		Mais de um adulto com ao menos uma criança
		Um ou mais idosos com ou sem crianças
		Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças
Décimos de rendimento	As classes de renda foram definidas a partir dos decis, ou seja, o limite superior de cada décimo é definido pelo respectivo decil	1 a 10

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Nota: Nesta publicação apenas um subconjunto dos moradores é considerado: os moradores com condição na família diferente de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Índice de perda de qualidade de vida (IPQV)

O Índice de perda de qualidade de vida (IPQV) é baseado na literatura de índices multidimensionais, que tratam, de forma axiomática, diferentes temas como bem-estar, desigualdade, exclusão social, pobreza etc., e em especial nos trabalhos de Tsui (1995, 2002), Chakravarty e D'Ambrosio (2006), Alkire e Foster (2011) e na publicação do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (BEM-ESTAR..., 2018)¹¹.

No caso, o IPQV é calculado como uma função de perda agregada (*loss-function* ou *ill-function*) representada por L o que demanda uma pequena modificação do trabalho de Tsui (1995) que trata de funções de bem-estar (*welfare functions*) multidimensionais côncavas (ou, de forma mais geral, quase côncavas). Para representar a perda de qualidade de vida, L precisa ser uma função convexa das perdas representadas na matriz $X = [X_{ij}, (i=1, \dots, n), (j=1, \dots, d)]$, onde n representa o número de pessoas, d é o número de características ou dimensões incluídas na análise.

De forma semelhante a Chakravarty e D'Ambrosio (2006), os elementos da matriz X assumem valores 0 ou 1, sendo as perdas indicadas por 1, $X = [X_{ij} = 0 \text{ ou } 1]$. Logo, $X_{ij}=1$ significa que a pessoa i tem perda de qualidade de vida segundo a característica j .

Cada coluna de j representa uma característica diferente associada a perda de qualidade de vida. Por exemplo, a coluna $j=1$ pode mostrar quais pessoas sofrem com a ausência de banheiro exclusivo ao domicílio e a coluna $j=d$ pode indicar os casos em que a avaliação do lazer foi ruim.

A linha i da matriz X lista as perdas da pessoa i segundo cada uma das características incluídas na análise. Tais linhas são de especial interesse para os cálculos que serão apresentados nesta seção, sendo a primeira etapa de agregação baseada nas informações de cada coluna de uma mesma linha. Para facilitar a exposição considere o vetor linha $X_{i*} = [X_{i1} \dots X_{id}]$ formado pelos elementos da linha i da matriz X . Considere C_{i*} a contagem não ponderada das perdas da pessoa i como uma função de X_{i*} , ou seja, $C_{i*}(X_{i*}) = (X_{i1} + \dots + X_{id})$. Quando $C_{i*} = d$, a pessoa i apresenta perda de qualidade de vida segundo todos os indicadores. Quando $C_{i*} = 0$, a pessoa i não apresenta perda alguma.

Entretanto, é mais comum trabalhar com a contagem das privações como uma proporção das dimensões analisadas. Por exemplo, calculando C_{i*}/d quando os indicadores (colunas) da matriz X tem a mesma importância. Na prática, as dimensões de interesse costumam ser representadas ou mensuradas por mais de uma característica. Por exemplo, as colunas j' , j'' e j''' da matriz X podem conter informação sobre a frequência escolar, analfabetismo e nível de instrução. Ademais, o número de colunas associadas a cada dimensão de interesse (educação, moradia, serviços de utilidade pública, etc.) costuma diferir. Com isso, as colunas da matriz X podem ter pesos distintos para que as dimensões tenham a mesma importância.

De forma mais geral, podemos definir a contagem (ponderada) C_i onde as informações de W são incorporadas. W é um vetor de pesos fixos representado por: $W^T = [W_1 \dots W_d]^T = [W_j, (j = 1 \dots, d)]^T$, onde T indica transposto, ($0 < W_j < 1$ para todo j) e ($W_1 + \dots + W_d = 1$). Dessa forma a contagem ponderada é definida como uma função do vetor X_{i*} e dos parâmetros do vetor W . Ou seja,

¹¹ Sobre índices multidimensionais ver também Oliveira (2010), Decancq, Fleubaey e Schokkaert (2015), Aaberge e Brandolini (2015), Adler e Fleurbaey (2016), Chakravarty (2018), D'Ambrosio (2018), e a bibliografia citada nestes textos.

$$C_i(X_{i*}) = X_{i*} W = \sum_{j=1}^d X_{ij} W_j = (X_{i1}W_1 + \dots + X_{id}W_d).$$

Repare que C_i informa muito sobre a proporção dos atributos e dimensões em que as perdas de qualidade de vida ocorrem para a pessoa i . Entretanto, C_i não é estritamente convexa e, conseqüentemente, não mensura adequadamente perdas da pessoa i . Justamente por isto, uma vez definida a matriz X , cada vetor linha X_{i*} e o vetor coluna W , o IPQV é obtido seguindo os passos abaixo.

Passo 1: Cálculo da contagem ponderada (C_i) de cada pessoa

$$C_i = C_i(X_{i*}) = X_{i*} W = \sum_{j=1}^d X_{ij} W_j, \text{ para todo } i = 1, \dots, n$$

Passo 2: Cálculo da função de perda (V_i) de cada pessoa.

$$V_i = V_i(C_i) = \frac{e^{C_i} - 1}{e - 1} \in [0, 1], \quad \text{para todo } i = 1, \dots, n.$$

V_i é uma função estritamente crescente e estritamente convexa da contagem ponderada (C_i). Ou seja, um aumento em C_i sempre aumenta V_i e isto se dá a taxas cada vez maiores. O valor de V_i varia de zero até um. Zero indica que não há perdas na qualidade de vida para a pessoa i . Um indica a maior perda possível.

Passo 3: Cálculo da função de perda agregada (L).

$$L = L(V_1(C_1), \dots, V_n(C_n)) = \frac{\sum_{i=1}^n F_i V_i(C_i)}{\sum_{i=1}^n F_i} \in [0, 1], \text{ onde } F_i \text{ é o fator de expansão de } i.$$

L é dada pela média dos V_i 's cujo cálculo incorpora os fatores de expansão da pesquisa. Repare que L é a soma de funções estritamente crescentes e estritamente convexas e, além disso, os fatores de expansão são todos positivos, então L também será uma função estritamente crescente e estritamente convexa das contagens C_i 's. Isto garante que, para atributos com mesmo peso, ter 3 pessoas na população com privação em 1 atributo é menos preocupante do que ter uma pessoa na população com privações em 3 atributos¹².

Passo 4: Defina o IPQV como a função da matriz X descrita abaixo.

$$\begin{aligned} IPQV = IPQV(X) &= \frac{1}{\sum_{i=1}^n F_i} \cdot \sum_{i=1}^n F_i \frac{e^{(\sum_{j=1}^d X_{ij} W_j)} - 1}{e - 1} \equiv \frac{\sum_{i=1}^n F_i V_i(C_i)}{\sum_{i=1}^n F_i} \\ &= L(V_1(C_1), \dots, V_n(C_n)) \end{aligned}$$

Dessa forma, o IPQV é como uma função da matriz de indicadores binários (X) cujo o valor pode ser obtido em a partir da média das perdas individuais (L) seguindo os passos 1, 2 e 3.

¹² Repare que a média dos C_i 's não goza desta propriedade porque não é estritamente convexa. Se $\bar{C} = \frac{\sum_{i=1}^n F_i C_i}{\sum_{i=1}^n F_i}$ fosse utilizada como indicador no lugar de L , seria totalmente indiferente ter 3 pessoas na população com privação em um atributo ou ter 1 pessoa na população com privações em 3 atributos. Ou seja, se daria pouca prioridade para aqueles com muitas perdas.

Uma vez definido o IPQV, cabe destacar as seguintes propriedades do índice: (1) continuidade; (2) simetria (atende ao anonimato, para todo $i \neq i^o$, temos $V_i \neq V_i^o$ se e só se $C_i \neq C_i^o$); (3) individualismo (as perdas da pessoa "i" dependem apenas de C_i ou, de forma mais geral, do vetor X_i); (4) estritamente crescente (Princípio de Pareto: menos perdas é melhor); (5) convexidade estrita; (6) consistência aditiva na escala (alterações aditivas na escala não alteram as ordenações geradas por L); (7) decomponibilidade por subgrupo da população; (8) decomponibilidade pela média e desigualdade das contagens (C_i 's).

Das propriedades listadas acima, cabe mencionar as duas últimas. A decomposição por subgrupo garante que o IPQV seja dado pela soma ponderada das estatísticas para cada subgrupo:

$$IPQV(X) = L = \sum_{g=1}^G L_g f_g, \text{ onde } g = 1, \dots, G \text{ são os subgrupos da população,}$$

$$f_g = \frac{\sum_{i=1}^{n_g} F_{ig}}{\sum_{i=1}^n F_i} \text{ é a proporção do subgrupo } g \text{ na população,}$$

$$L_g = \frac{\sum_{i=1}^{n_g} F_{ig} V_{ig}}{\sum_{i=1}^{n_g} F_{ig}} \text{ é a perda de qualidade de vida do subgrupo } g.$$

A decomponibilidade pela média e desigualdade na contagem das perdas (C_i 's) é motivada pelo seguinte fato:

$$V_i(C_i) = \frac{e^{C_i} - 1}{e - 1} = \frac{e^{\bar{C} + D_i} - 1}{e - 1} = \frac{e^{\bar{C}} e^{D_i} - 1}{e - 1},$$

$$\text{onde } \bar{C} = \frac{\sum_{i=1}^n F_i C_i}{\sum_{i=1}^n F_i} \in [0,1], \quad D_i = C_i - \bar{C}.$$

$$L(V_1(C_1), \dots, V_n(C_n)) = \frac{\sum_{i=1}^n F_i V_i(C_i)}{\sum_{i=1}^n F_i} = \frac{\sum_{i=1}^n F_i \left(\frac{e^{\bar{C}} e^{D_i} - 1}{e - 1} \right)}{\sum_{i=1}^n F_i}.$$

Na expressão acima, o termo ($e^{\bar{C}}$) capta o efeito do nível médio da contagem ($\bar{C} \in [0, 1]$). Tal termo indica que, tudo mais constante, um aumento da contagem média (\bar{C}) eleva as perdas e que isso ocorre a taxas cada vez mais elevadas. Ademais, quando os desvios D_i 's são todos zeros, não há desigualdade nas contagens ($C_i = \bar{C}$, para todo i) e o termo (e^{D_i}) pode ser "excluído" da expressão pois ($e^0 = 1$).

Assim sendo, podemos definir as funções $L_{\bar{C}}$ (associada ao nível médio de \bar{C}) e L_D (associada a desigualdade nos valores dos C_i 's) para decompor aditivamente o IPQV:

$$IPQV(X) = L = L_{\bar{C}} + L_D, \quad \text{onde}$$

$$L_{\bar{C}} = \frac{\sum_{i=1}^n F_i V_i(\bar{C})}{\sum_{i=1}^n F_i} = \frac{\sum_{i=1}^n F_i \left(\frac{e^{\bar{C}} - 1}{e - 1} \right)}{\sum_{i=1}^n F_i} = \frac{e^{\bar{C}} - 1}{e - 1},$$

$$L_D = \frac{\sum_{i=1}^n F_i V_i(C_i)}{\sum_{i=1}^n F_i} - \frac{\sum_{i=1}^n F_i V_i(\bar{C})}{\sum_{i=1}^n F_i} = L - L_{\bar{C}}.$$

Cabe destacar os cálculos dos efeitos marginais de diferentes atributos. O IPQV depende dos valores dos atributos listados nas colunas da matriz X. A importância de um subconjunto (J) desses atributos pode ser inferida pelo efeito marginal M_J , definido nos 3 passos abaixo.

Passo 1: cálculo da matriz $X(-J)$ onde todos os elementos das colunas da matriz X associadas ao subconjunto J são substituídos por zero.

Passo 2: cálculo de $IPOV(X(-J))$, valor do indicador quando não há perdas associadas ao subconjunto J.

Passo 3: cálculo do efeito marginal propriamente dito, $MJ = IPOV(X) - IPOV(X(-J))$.

Os Quadros 3 e 4 apresentam a lista de indicadores e seus respectivos pesos, utilizados em cada uma das dimensões na construção do IPQV para os períodos 2008-2009 e 2017-2018, respectivamente. Tal como a publicação anterior, o enfoque desta publicação recai sobre a análise conjunta dos atributos e variáveis, no entanto, nesta com uma análise temporal.

Sobre os pesos, listados no Quadro 3 e 4, cabe destacar dois fatos. Primeiro: os pesos finais variam segundo o número de dimensões e o número de indicadores e os subgrupos de indicadores dentro de cada dimensão. Segundo: a soma dos pesos finais em cada dimensão é a mesma ($1/6$). Dessa forma, todas as dimensões têm a mesma importância em termos de pesos (W), mesmo que o número de indicadores dentro delas seja distinto.

Analisando o Quadro 4, observa-se que foi realizada uma atualização em dois indicadores e conseqüentemente nos seus respectivos pesos em relação ao IPQV 2017-2018 divulgado na publicação (PESQUISA..., 2021a). Na dimensão moradia, o indicador referente ao telhado do domicílio, passou a considerar apenas os domicílios do tipo casa (ou seja, excluiu os apartamentos) com telhado diferente de telha com laje ou madeira apropriada. Na dimensão acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, o indicador não tem TV foi aberto em não tem TV em cores e não tem TV de LED, plasma ou LCD.

Quadro 3 - Indicadores que compõem o índice de perda de qualidade de vida - período 2008-2009

Dimensões	Variáveis binárias de perda da qualidade de vida (1)	Pesos por vetor			
		Um subgrupo da dimensão	Dentro da dimensão	Dimensão	Final
Moradia	Sem "Banheiro exclusivo ao domicílio"	1	1/11	1/6	1/66
	O piso diferente de "Cerâmica, lajota ou pedra ou madeira apropriada"	1	1/11	1/6	1/66
	Telhado de "Zinco, alumínio, chapa metálica ou outro material"	1	1/11	1/6	1/66
	Parede diferente de "Com revestimento ou madeira apropriada"	1	1/11	1/6	1/66
	Densidade domiciliar excessiva	1/2	1/11	1/6	1/132
	Tem pouco espaço	1/2	1/11	1/6	1/132
	Tem telhado com goteiras	1/2	1/11	1/6	1/132
	Tem parede, chão ou fundação úmidos	1/2	1/11	1/6	1/132
	Tem problemas ambientais causados pelo trânsito e indústria	1/4	1/11	1/6	1/66
	Tem problemas ambientais causados pelo trânsito e indústria, lixão ou esgoto a céu aberto	1/4	1/11	1/6	1/264
	Tem problemas ambientais causados por lixão ou esgoto a céu aberto	1/4	1/11	1/6	1/264
	Tem problemas ambientais causados por lixão	1/4	1/11	1/6	1/264
	Localizado próximo a rio, baía, lago, açude ou represa poluídos	1	1/11	1/6	1/66
	Localizado em encosta ou área sujeita a deslizamento ou inundação	1	1/11	1/6	1/66
	Violência ou vandalismo na área de residência	1	1/11	1/6	1/66
Avaliação da moradia "Ruim"	1	1/11	1/6	1/66	
Serviços de utilidade pública	Energia elétrica diferente de "Rede geral com frequência diariamente, em tempo integral"	1	1/8	1/6	1/48
	Urbano: Água diferente de "Rede geral com frequência diariamente; Rural: Água diferente de "Rede geral com frequência diariamente" e a avaliação da água diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
	Escoadouro do esgoto diferente de "Rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede"	1	1/8	1/6	1/48
	O lixo não é coletado (outras formas)	1	1/8	1/6	1/48
	Avaliação do fornecimento de água diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
	Avaliação do fornecimento de eletricidade diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
	Avaliação do escoamento sanitário diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
Avaliação da coleta de lixo diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48	
Educação	Presença na família de criança e adolescente de 6-17 anos fora da escola	1	1/5	1/6	1/30
	Presença na família de pessoa com 15 anos ou mais analfabetas	1	1/5	1/6	1/30
	Presença na família de pessoa com 16 anos ou mais sem ensino fundamental completo	1	1/5	1/6	1/30
	Presença na família de pessoa com 18 anos ou mais sem ensino médio completo	1/2	1/5	1/6	1/60
	Presença na família de pessoa com 18 - 29 anos sem ensino médio completo	1/2	1/5	1/6	1/60
Avaliação da educação Ruim	1	1/5	1/6	1/30	
Alimentação e saúde	Restrição de medicamentos	1	1/5	1/6	1/30
	Restrição de serviços de saúde	1	1/5	1/6	1/30
	Avaliação da saúde Ruim	1	1/5	1/6	1/30
	Quantidade de alimento consumida pela família normalmente não é suficiente ou às vezes não é suficiente	1/2	1/5	1/6	1/60
	Quantidade de alimento consumida pela família normalmente não é suficiente	1/2	1/5	1/6	1/60
	Quantidade de alimento consumida pela família normalmente não é suficiente e tipo de alimento consumido pela família raramente é do tipo que quer	1	1/5	1/6	1/30
Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida	Não tem fogão ou geladeira	1/5	1/3	1/6	1/90
	Não tem máquina de lavar roupa	1/5	1/3	1/6	1/90
	Não tem nem micro-ondas nem máquina de lavar pratos	1/5	1/3	1/6	1/90
	Não tem TV em cores	1/5	1/3	1/6	1/90
	Não tem nem computador nem tablet	1/5	1/3	1/6	1/90
	Água, luz ou gás atrasados	1/2	1/3	1/6	1/36
	Prestação de bens ou serviços atrasados	1/2	1/3	1/6	1/36
	Tem "Dificuldade ou muita dificuldade" para passar o mês	1/2	1/3	1/6	1/36
Tem "Muita dificuldade" para passar o mês	1/2	1/3	1/6	1/36	
Lazer e transporte	Avaliação do transporte diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/2	1/6	1/12
	Tem uma ou mais pessoas que trabalham mais de 50h e a avaliação do lazer é "ruim"	1/2	1/2	1/6	1/24
	Avalia o lazer como "Ruim"	1/2	1/2	1/6	1/24

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Nota: IPQV = Índice de Perda de Qualidade de Vida.

(1) Assume o valor 0 ou 1, sendo 0 quando não há privação e 1 quando há privação.

Quadro 4 - Indicadores que compõem o índice de perda de qualidade de vida - período 2017-2018

Dimensões	Variáveis binárias de perda da qualidade de vida (1)	Pesos por vetor			
		Um subgrupo da dimensão	Dentro da dimensão	Dimensão	Final
Moradia	Sem "Banheiro exclusivo ao domicílio"	1	1/12	1/6	1/72
	O piso diferente de "Cerâmica, lajota ou pedra ou madeira apropriada"	1	1/12	1/6	1/72
	Casas com telhado diferente de "Telha com laje ou madeira apropriada"	1/2	1/12	1/6	1/144
	Telhado de "Zinco, alumínio, chapa metálica ou outro material"	1/2	1/12	1/6	1/144
	Parede diferente de "Com revestimento ou madeira apropriada"	1	1/12	1/6	1/72
	Densidade domiciliar excessiva	1/2	1/12	1/6	1/144
	Tem pouco espaço	1/2	1/12	1/6	1/144
	Tem telhado com goteiras	1/2	1/12	1/6	1/144
	Tem parede, chão ou fundação úmidos	1/2	1/12	1/6	1/144
	Tem mosquitos, insetos, ratos etc	1	1/12	1/6	1/72
	Tem problemas ambientais causados pelo trânsito e indústria	1	1/12	1/6	1/72
	Localizado próximo a rio, baía, lago, açude ou represa poluídos	1	1/12	1/6	1/72
	Localizado em encosta ou área sujeita a deslizamento ou inundação	1	1/12	1/6	1/72
	Violência ou vandalismo na área de residência	1	1/12	1/6	1/72
	Avaliação da moradia "Ruim"	1	1/12	1/6	1/72
Serviços de utilidade pública	Energia elétrica diferente de "Rede geral com frequência diariamente, em tempo integral"	1	1/8	1/6	1/48
	Urbano: Água diferente de "Rede geral com frequência diariamente"; Rural: Água diferente de "Rede geral com frequência diariamente" e a avaliação da água diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
	Escoadouro do esgoto diferente de "Rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede"	1	1/8	1/6	1/48
	O lixo não é coletado (outras formas)	1	1/8	1/6	1/48
	Avaliação do fornecimento de água diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
	Avaliação do fornecimento de eletricidade diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
	Avaliação do escoamento sanitário diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
	Avaliação da coleta de lixo diferente de "Bom ou Satisfatório"	1	1/8	1/6	1/48
Educação	Presença na família de criança e adolescente de 6-17 anos fora da escola	1	1/5	1/6	1/30
	Presença na família de pessoa com 15 anos ou mais analfabetas	1	1/5	1/6	1/30
	Presença na família de pessoa com 16 anos ou mais sem ensino fundamental completo	1	1/5	1/6	1/30
	Presença na família de pessoa com 18 anos ou mais sem ensino médio completo	1/2	1/5	1/6	1/60
	Presença na família de pessoa com 18 - 29 anos sem ensino médio completo	1/2	1/5	1/6	1/60
Avaliação da educação Ruim	1	1/5	1/6	1/30	
Alimentação e saúde	Restrição de medicamentos	1	1/5	1/6	1/30
	Restrição de serviços de saúde	1	1/5	1/6	1/30
	Avaliação da saúde Ruim	1	1/5	1/6	1/30
	Insegurança leve ou moderada ou grave	1/3	1/5	1/6	1/90
	Insegurança moderada ou grave	1/3	1/5	1/6	1/90
	Insegurança grave	1/3	1/5	1/6	1/90
	Avalia a alimentação como "Ruim"	1	1/5	1/6	1/30
Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida	Não tem conta em banco (nem conta corrente nem poupança)	1	1/4	1/6	1/24
	Não tem fogão ou geladeira	1/5	1/4	1/6	1/120
	Não tem máquina de lavar roupa	1/5	1/4	1/6	1/120
	Não tem nem micro-ondas nem máquina de lavar pratos	1/5	1/4	1/6	1/120
	Não tem TV em cores	1/10	1/4	1/6	1/240
	Não tem TV DE Led, plasma ou Lcd	1/10	1/4	1/6	1/240
	Não tem nem computador nem tablet	1/5	1/4	1/6	1/120
	Água, luz ou gás atrasados	1/2	1/4	1/6	1/48
	Prestação de bens ou serviços atrasados	1/2	1/4	1/6	1/48
	Tem "Dificuldade ou muita dificuldade" para passar o mês	1/2	1/4	1/6	1/48
	Tem "Muita dificuldade" para passar o mês	1/2	1/4	1/6	1/48
Lazer e transporte	Algum membro da família gasta 1 hora ou mais no trânsito; vale zero caso contrário.	1/2	1/2	1/6	1/24
	Avaliação do transporte diferente de "Bom ou Satisfatório"	1/2	1/2	1/6	1/24
	Tem uma ou mais pessoas que trabalham mais de 50h e a avaliação do lazer é "ruim"	1/2	1/2	1/6	1/24
	Avalia o lazer como "Ruim"	1/2	1/2	1/6	1/24

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota: IPQV = Índice de Perda de Qualidade de Vida.

(1) Assume o valor 0 ou 1, sendo 0 quando não há privação e 1 quando há privação.

Índice de desempenho socioeconômico (IDS)

Os índices de desempenho socioeconômico (IDS's) apresentados nesta publicação são funções das perdas agregadas de qualidade de vida e do progresso econômico, medido pela renda disponível familiar *per capita* (y) ou $\ln(y)$. Mais precisamente, os IDS's foram definidos como abaixo:

$$IDS_{UF} = S(A_{UF}, L_{UF}) = A_{UF}(1 - L_{UF}),$$

onde UF indica a Unidade da Federação,
 A = renda *per capita* (y) ou $\ln(y)$.

$$IDS_{BR} = \sum_{UF=1}^{27} S(A_{UF}, L_{UF}) f_{UF} = \sum_{UF=1}^{27} A_{UF}(1 - L_{UF}) f_{UF},$$

f_{UF} é a proporção de pessoas da Unidade da Federação na população,
 L_{UF} é a perda agregada de qualidade de vida na Unidade da Federação.

Uma vez apresentadas as fórmulas, as últimas etapas para a especificação do IPQV e dos IDS's são as definições dos atributos ($j = 1, \dots, d$) que compõem a matriz X e os pesos fixos do que compõem o vetor W . Tais definições podem ser vistas no Quadro 1 e foram motivadas pela literatura e pela disponibilidade de informações da pesquisa¹³.

Deflator temporal

Para que seja possível a comparação de valores de períodos distintos é necessário fazer a correção inflacionária do período. Deste modo, os valores do rendimento disponível familiar *per capita* (RDFPC) relativo à da POF 2008-2009 (janeiro de 2009) foram atualizados para janeiro de 2018 de acordo com os deflatores correspondentes a cada Unidade da Federação. Os indexadores utilizados foram as séries históricas do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA regionais de cada uma das 13 áreas pesquisadas pelo IBGE e das variações de preços dos produtos e serviços acompanhados pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC, do IBGE. O IPCA de cada uma das 13 áreas foi utilizado para deflacionar os dados da respectiva Unidade da Federação. Para os casos das Unidades da Federação que não são cobertas pelo IPCA, adotou-se a média ponderada das variações da região a qual pertencem, considerando a participação dos estados no SNIPC.

A data referência que definiu o ponto para o qual o deflacionamento transformou todos os valores de rendimentos da pesquisa foi 15 de janeiro de 2018. Os deflatores da POF 2008-2009 para cada Unidade da Federação estão disponíveis nos microdados, assim como sua metodologia de cálculo¹⁴.

¹³ Ver Nussbaum e Sen (1993), Barros, Carvalho e Franco (2003), Alkire (2005), Alkire e Santos (2010), Oliveira (2010), o documento *How's life? 2015: measuring well-being* (2015), Athias e Oliveira (2016), Adler e Fleurbaey (2016), Villatoro (2017), a publicação *Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil* (2018), D'Ambrosio (2018), o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (United Nations Development Programme - UNDP) (HUMAN..., 2019), Maia e outros (2020), o documento *Approches to measuring social exclusion* (2021) e os vários índices listados na página da Multidimensional Poverty Peer Network - MPPN, disponível em: <https://mppn.org/applications/national-measures/>.

¹⁴ A metodologia de cálculo pode ser acessada no arquivo chamado "DEFLATOR_2008-2009_microdado". Outras informações sobre os deflatores estão disponíveis na página da pesquisa: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?=&t=microdados>.

Procedimentos gerais de tratamento das informações e aspectos de amostragem

Os demais aspectos referentes à coleta da POF 2017-2018 e às etapas de tratamentos das informações de quantidades, despesas e rendimentos, tais como: crítica de entrada de dados, tratamento do efeito inflacionário, crítica de valores de despesas e rendimentos, alocação das despesas agregadas, tratamento da não resposta de valores e anualização dos valores e aspectos de amostragem, encontram-se descritos com detalhes na publicação *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: primeiros resultados*, divulgada em 2019.

Comentários dos resultados

Os comentários que seguem tomam como base um conjunto de tabelas e gráficos que apresentam os resultados obtidos para dois índices utilizados neste estudo comparativo sobre a qualidade de vida das famílias brasileiras, mais especificamente o índice de perda de qualidade de vida (IPQV) e o índice de desempenho socioeconômico (IDS). Os comentários apresentam evidências identificadas a partir de comparações dos resultados observados para cada um destes índices, tendo como fonte de dados as pesquisas POF 2008-2009 e POF 2017-2018. O trabalho de comparação temporal é viabilizado pela disponibilidade de informações para amplo conjunto de indicadores que puderam ser construídos a partir dos questionários existentes nas duas edições da pesquisa, considerando ainda um processo de compatibilização de definições desejado para o exercício das comparações. Como produto final, documenta-se as características da evolução da qualidade de vida a partir dos indicadores constantes dos Quadros 3 e 4 apresentados na seção **Notas técnicas**, considerados para a obtenção da função de perda da qualidade de vida, segundo um conjunto de condicionantes de interesse, tais como recortes geográficos e características da pessoa de referência das famílias.

Índice de perda de qualidade de vida (IPQV)

Conforme já explicitado na seção **Notas técnicas**, a construção do IPQV exige a definição antecipada de um conjunto de variáveis que deve ser definido a partir de características das famílias, sendo estas, de certo, importantes para a avaliação da qualidade de vida. Para um trabalho comparativo, onde há a necessidade de padronização dos resultados, como é o caso deste estudo, foi desenvolvida cuidadosamente uma harmonização entre as variáveis existentes em ambas as edições da pesquisa, permitindo a construção de indicadores que fossem comparáveis no tempo. Estes indicadores são a base para a construção do IPQV, sendo, portanto, desejável um elevado grau de semelhança, de maneira que seja possível inferir sobre a evolução da qualidade de vida das famílias a partir dos índices definidos.

A relação das variáveis, ou, mas propriamente dito, dos indicadores considerados para a composição do IPQV estão dispostos nos Quadros 3 e 4 apresentados na seção anterior. Conforme apresentado nestes quadros características como não ter banheiro exclusivo para o domicílio, domicílio com pouco espaço ou ainda a avaliação do padrão de vida da família em relação ao lazer ser ruim, são exemplos de variáveis utilizadas para a composição e identificação das perdas agregadas, em função da distribuição e da concentração das respostas dadas pelas famílias às diferentes variáveis consideradas. Importante pontuar que nesta publicação, para a construção dos indicadores, somente foram selecionadas variáveis qualitativas para a composição da matriz de variáveis utilizada para contagem das perdas de cada pessoa da família.

A Tabela 1 apresenta os resultados obtidos para o IPQV para o Brasil, segundo diferentes condicionantes, a partir dos dados das duas pesquisas consideradas. No período de quase 10 anos existente entre os dois levantamentos, observa-se, para o total do País, uma importante redução na perda agregada de qualidade de vida da população, uma vez que o valor estimado para o índice passou de 0,227 (POF 2008-2009) para 0,157 (POF 2017-2018). Em termos percentuais, uma redução de cerca de 30% no período considerado.

Quando se observa o comportamento segundo as regiões urbana e rural, a redução da perda agregada apresentou aproximadamente o mesmo percentual encontrado para o Brasil. Para a área urbana, o IPQV passou de 0,205 para 0,142 e, no caso da área rural, de 0,337 para 0,244. Um destaque adicional é que, apesar da redução da perda, as contribuições para a composição do índice nacional ficaram estáveis no tempo, sendo a contribuição da população que vivia na área urbana em torno de 75% do IPQV. Por outro lado, a população concentrada na área rural manteve sua contribuição em torno de 25%.

É importante notar que a contribuição de um subgrupo da população para o IPQV do Brasil sofre influência direta tanto da proporção da população quanto das perdas registradas no subgrupo. Muito embora cerca de 15% da população estivesse concentrada na área rural do País, este subgrupo contribuiu com cerca de um

quarto da perda agregada da qualidade de vida do país. Com os resultados da POF 2008-2009, a área rural contribuiu com parcela de 0,057 do valor agregado de 0,227 calculado para o IPQV nacional. Já, tomando os dados da POF 2017-2018, o valor da contribuição foi de 0,036, quando então o IPQV do País foi de 0,157. Desta forma, a área rural concentrou cerca de $\frac{1}{4}$ das perdas registradas em 2008-2009 e 2017-2018.

A concentração elevada das perdas na área rural reflete a maior incidência da perda da qualidade de vida para populações em áreas rurais. Para os resultados a partir da POF 2008-2009, o IPQV para o recorte rural foi de 0,337, ou seja, cerca de 1,5 vezes o valor estimado para o Brasil (0,227) e, aproximadamente, 1,7 vezes o da área urbana (0,205). Analisando os resultados com os dados da POF 2017-2018, observa-se um comportamento similar, ainda que a perda na qualidade de vida tenha se apresentado em um patamar mais baixo.

Quando se analisa a evolução do IPQV considerando as Grandes Regiões do País como fonte de variação, é natural identificar a diminuição das perdas para todas elas, assim como ocorreu para o Brasil. Tais reduções acompanharam a dinâmica observada no Brasil (com redução de 30% das perdas, aproximadamente).

Como o padrão de comportamento se manteve no tempo, permaneceu também a evidência das Regiões Norte e Nordeste apresentarem os maiores valores para o índice, sendo 0,318 (Norte) e 0,303 (Nordeste), a partir dos dados da POF 2008-2009. Com os resultados da POF 2017-2018, a Região Norte alcançou o valor de 0,223, enquanto a Região Nordeste chegou em um IPQV de 0,207. Vale ainda ressaltar que, nas duas pesquisas analisadas, estes resultados foram maiores que o IPQV apurado para o Brasil. As regiões Sul e Sudeste, em contrapartida, apresentaram os menores valores observados para o IPQV, para ambos os períodos considerados. Diferente do que foi encontrado para as Regiões Norte e Nordeste, as Regiões Sul e Sudeste apresentaram valores menores que aqueles observados para o Brasil.

Mantendo ainda o foco sobre as Grandes Regiões, mas agora abordando a questão da composição do valor total do IPQV nacional, de acordo com as contribuições calculadas, é importante destacar o caso da Região Nordeste, que foi responsável por mais de $\frac{1}{3}$ do valor total do País nas duas edições da POF analisadas, bem como a Região Sudeste, cuja contribuição também alcançou cerca de 34%. Todavia, é importante pontuar que a contribuição elevada do Nordeste está fortemente associada a um nível elevado de perdas enquanto a contribuição do Sudeste está associada à concentração da sua população na região. Neste ponto, deve ser entendido que, apesar da redução efetiva do IPQV no período decorrido, manteve-se a incidência desigual dos diversos fatores que levam a perda de qualidade de vida.

Tabela 1 - Proporção de pessoas das famílias residentes, IPQV e contribuições para o IPQV do Brasil, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados 2008-2009/2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes (%)		IPQV		Contribuição para o IPQV do Brasil		Contribuição para o IPQV do Brasil (%)	
	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018
Localização geográfica do domicílio								
Brasil	100,0	100,0	0,227	0,157	0,227	0,157	100,0	100,0
Urbano	83,0	85,3	0,205	0,142	0,170	0,121	74,7	77,1
Rural	17,0	14,7	0,337	0,244	0,057	0,036	25,3	22,9
Grandes Regiões								
Norte	8,1	8,6	0,318	0,223	0,026	0,019	11,3	12,2
Nordeste	28,1	27,3	0,303	0,207	0,085	0,057	37,5	35,9
Sudeste	42,0	42,2	0,181	0,126	0,076	0,053	33,4	33,8
Sul	14,5	14,3	0,167	0,114	0,024	0,016	10,7	10,4
Centro-Oeste	7,3	7,7	0,223	0,158	0,016	0,012	7,1	7,7
Pessoa de referência								
Composição demográfica								
Até 24 anos	3,7	3,1	0,247	0,167	0,009	0,005	4,0	3,3
25 a 49 anos	57,2	52,5	0,229	0,157	0,131	0,083	57,5	52,5
50 a 64 anos	26,0	28,9	0,227	0,157	0,059	0,045	25,9	28,9
65 anos ou mais	13,1	15,5	0,217	0,155	0,029	0,024	12,6	15,3
Cor ou raça								
Brancos	46,1	41,4	0,178	0,122	0,082	0,051	36,1	32,2
Pretos e pardos	52,5	57,2	0,271	0,183	0,142	0,105	62,5	66,6
Sexo								
Homem	72,4	59,7	0,226	0,150	0,163	0,090	71,8	57,0
Mulher	27,6	40,3	0,232	0,168	0,064	0,068	28,2	43,0
Nível de instrução								
Sem instrução	9,7	7,0	0,339	0,253	0,033	0,018	14,4	11,3
Ensino fundamental incompleto	47,2	36,8	0,262	0,198	0,124	0,073	54,4	46,4
Ensino fundamental completo	8,6	8,8	0,204	0,154	0,018	0,014	7,8	8,6
Ensino médio incompleto	4,9	5,0	0,210	0,161	0,010	0,008	4,5	5,1
Ensino médio completo	18,3	25,3	0,168	0,123	0,031	0,031	13,6	19,8
Ensino superior incompleto	2,8	3,3	0,131	0,105	0,004	0,003	1,6	2,2
Ensino superior completo	8,4	13,7	0,100	0,074	0,008	0,010	3,7	6,5
Ocupação e formalização								
Empregado doméstico	4,2	5,5	0,261	0,201	0,011	0,011	4,8	7,0
Empregado Privado	34,2	31,3	0,208	0,141	0,071	0,044	31,2	28,0
Militar e empregado do setor público	8,6	9,1	0,177	0,114	0,015	0,010	6,7	6,6
Conta própria	24,5	22,2	0,258	0,177	0,063	0,039	27,8	25,0
Empregador	3,3	3,5	0,164	0,092	0,005	0,003	2,4	2,0
Fora da força de trabalho e outros casos	25,2	28,4	0,244	0,173	0,062	0,049	27,1	31,3

Tabela 1 - Proporção de pessoas das famílias residentes, IPQV e contribuições para o IPQV do Brasil, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados 2008-2009/2017-2018

(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes (%)		IPQV		Contribuição para o IPQV do Brasil		Contribuição para o IPQV do Brasil (%)	
	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018
Características da família								
Composição da família								
Um adulto sem criança	2,4	3,1	0,182	0,134	0,004	0,004	2,0	2,6
Um adulto com ao menos uma criança	2,9	2,4	0,239	0,165	0,007	0,004	3,0	2,5
Mais de um adulto sem criança	23,9	27,7	0,195	0,141	0,047	0,039	20,5	24,8
Mais de um adulto com ao menos uma criança	53,2	45,4	0,245	0,169	0,130	0,077	57,3	48,7
Um ou mais idosos com ou sem crianças	3,1	4,4	0,182	0,132	0,006	0,006	2,5	3,7
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	14,6	17,0	0,230	0,164	0,034	0,028	14,7	17,7
Décimos da renda disponível familiar per capita								
1º	10,0	10,0	0,365	0,264	0,037	0,026	16,1	16,8
2º	10,0	10,0	0,317	0,221	0,032	0,022	14,0	14,0
3º	10,0	10,0	0,285	0,198	0,029	0,020	12,5	12,6
4º	10,0	10,0	0,262	0,179	0,026	0,018	11,5	11,4
5º	10,0	10,0	0,233	0,162	0,023	0,016	10,3	10,3
6º	10,0	10,0	0,209	0,148	0,021	0,015	9,2	9,4
7º	10,0	10,0	0,190	0,132	0,019	0,013	8,3	8,4
8º	10,0	10,0	0,168	0,113	0,017	0,011	7,4	7,2
9º	10,0	10,0	0,139	0,094	0,014	0,009	6,1	6,0
10º	10,0	10,0	0,105	0,061	0,010	0,006	4,6	3,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Nota: IPQV = Índice de Perda de Qualidade de Vida.

As análises até o momento tiveram o foco voltado para os estratos geográficos. As análises seguintes trazem agora uma estratificação da população segundo um outro conjunto de condicionantes, com foco em características definidas para a pessoa de referência das famílias.

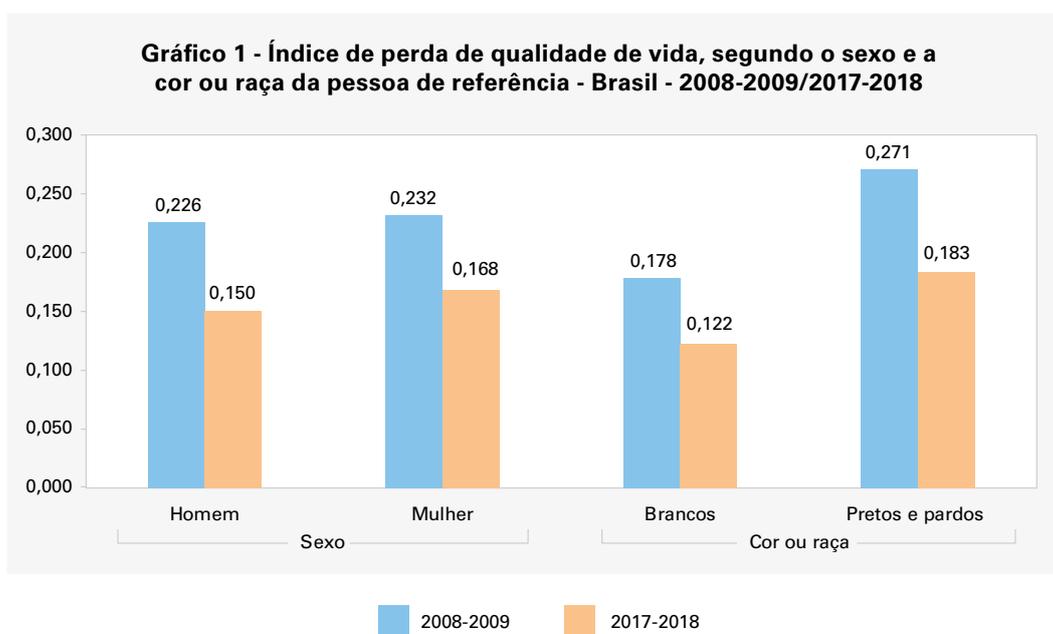
Considerar a separação das famílias em subgrupos definidos pela cor ou raça da pessoa de referência também permite identificar importantes diferenças e desigualdades nas perdas de qualidade de vida. Em ambas as pesquisas consideradas, se observou um maior valor de IPQV (0,271) para aqueles cuja pessoa de referência da família era da cor ou raça preta ou parda, quando comparados com aqueles cuja pessoa de referência era da cor branca (0,178). Com os dados da última pesquisa, os valores foram 0,183, quando a pessoa de referência era da cor preta ou parda e 0,122 quando a pessoa de referência era de cor branca.

Muito embora tal diferença tenha permanecido no tempo, vale destacar a redução do IPQV, considerando ainda este recorte populacional. A intensidade da redução da perda foi semelhante para ambos os grupos. Apesar deste fato, onde a redução

é um comportamento desejado, a desigualdade na contribuição para a composição do valor do IPQV para o Brasil ainda permaneceu bastante desproporcional, visto que o recorte da população que vivia em famílias cuja pessoa de referência era da cor preta ou parda foi responsável por pouco mais de 60% das perdas para o Brasil.

Tomando agora como condicionante o sexo da pessoa de referência, observou-se que muito embora a perda apurada na POF 2017-2018 aponte uma redução em relação à pesquisa anterior, o IPQV foi maior para aquelas pessoas que viviam em famílias cuja pessoa de referência era mulher.

Em especial, é notável que no tempo decorrido entre as duas pesquisas, houve um aumento de famílias onde uma mulher foi declarada como a pessoa de referência. Decorre daí o aumento observado na contribuição para o valor do IPQV calculado para o Brasil, que passou de 28,2% para 43,0%. Mesmo com este aumento, é importante pontuar que as famílias onde a pessoa de referência era homem ainda representaram o maior quantitativo, sendo as pessoas destas famílias responsáveis por contribuir com mais de 50% do valor do IPQV do Brasil. O Gráfico 1 destaca os resultados destes dois subgrupos analisados acima.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

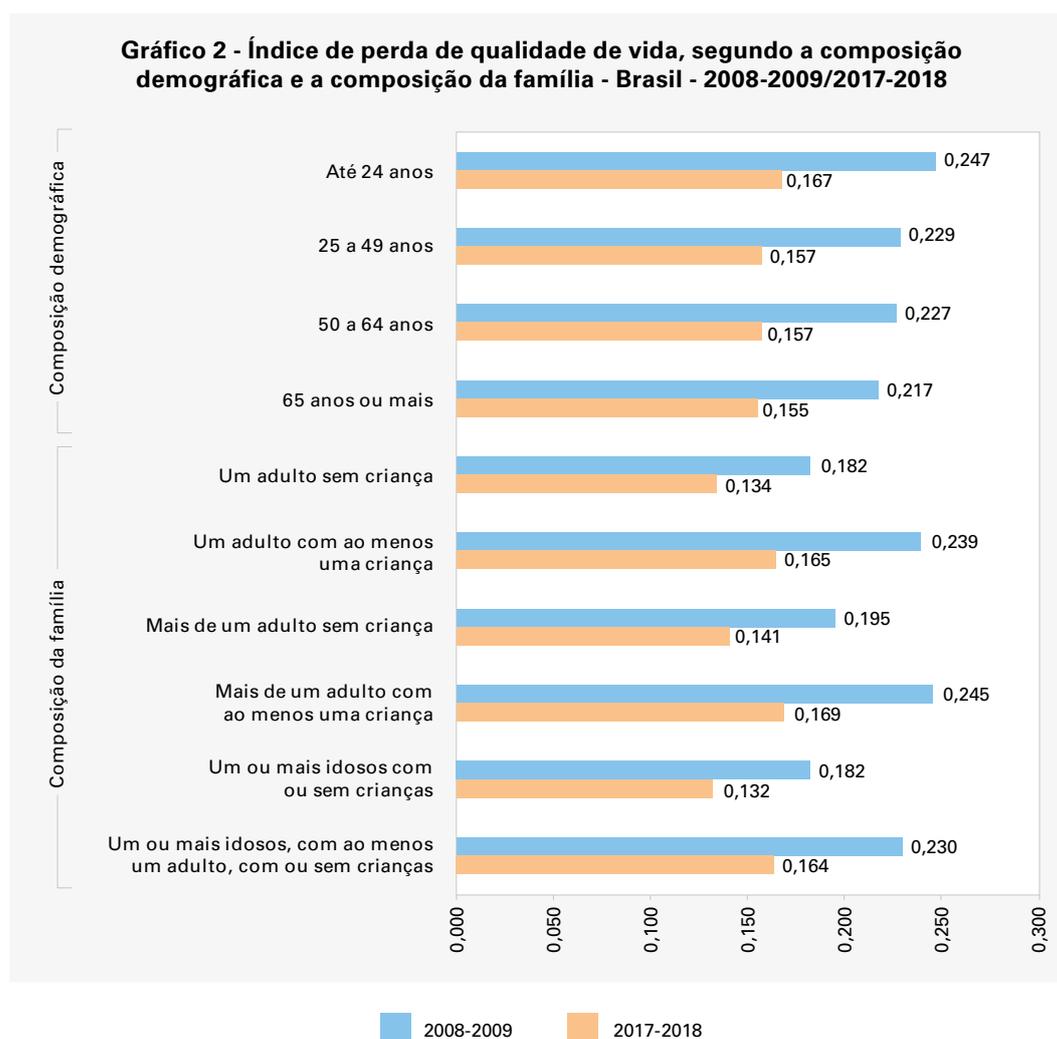
O Gráfico 2 destaca os resultados do IPQV segundo a composição demográfica e a composição familiar. No caso das famílias onde as pessoas de referência tinham pelo menos 65 anos de idade, os valores observados para o IPQV foram menores em relação aos encontrados para os demais grupos de idade, em especial com aquele cuja pessoa de referência tinha até 24 anos. Esta evidência foi identificada nos resultados das duas pesquisas analisadas. Sendo assim, uma observação importante: à medida que aumenta a idade da pessoa de referência da família, há uma redução nos índices de perda de qualidade de vida.

A redução na perda média foi então observada para todos os subgrupos definidos pela idade da pessoa de referência da família, considerando agora o intervalo entre as pesquisas. Entretanto, mesmo com a redução, o comportamento entre os subgrupos permaneceu, conforme já adiantava a POF 2008-2009. O IPQV foi de 0,247

para as pessoas que viviam em famílias cuja pessoa de referência tinha até 24 anos. Já para aqueles cuja pessoa de referência tinha pelo menos 65 anos, o IPQV foi de 0,217. Com os resultados da POF 2017-2018, tais valores foram de 0,167 e 0,155, respectivamente. Destaca-se ainda que, para além do comportamento similar, a diferença observada entre estes grupos extremos de idade diminuiu no tempo.

Segundo a composição das famílias, outro tipo de condicionante de interesse neste estudo, se destacou o arranjo familiar composto por mais de um adulto com ao menos uma criança, onde o índice para a perda média de qualidade de vida se apresentou com maiores valores para as duas pesquisas no tempo. Cabe ainda ressaltar que estes valores ficaram pouco acima do valor estimado para o País. Ademais, este mesmo recorte também foi responsável pelas maiores contribuições para o total das perdas, uma vez que também concentrava o maior contingente de população.

A segunda maior contribuição para a composição do IPQV nacional ficou com o arranjo familiar dado por mais de um adulto sem criança, sendo cerca de 20% com dados da POF 2008-2009 e aproximadamente 25% a partir dos dados da última pesquisa. Mas, diferente do observado para o recorte anterior comentado, os resultados do índice para este subgrupo da população foram menores que os vistos para o País nas duas pesquisas, sendo no valor de 0,195 (POF 2008-2009) e 0,141 (POF 2017-2018).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Ainda na Tabela 1, pode-se ver que nos recortes da população dados pelo nível de instrução da pessoa de referência da família, os resultados indicam que quanto maior era o nível de instrução da pessoa de referência, menor foram as perdas representadas pelo IPQV. No recorte da população em que a pessoa de referência era sem instrução, o IPQV calculado foi de 0,339, ou seja, 1,5 vezes o valor observado para o Brasil, ao passo que, para o caso em que a pessoa de referência tinha nível superior completo, o resultado foi de 0,100, muito menor que o valor de referência nacional, com base nos dados da POF 2008-2009. Com os resultados a partir dos dados da POF 2017-2018, apesar da redução dos valores das perdas para todos os recortes definidos para este condicionante, a desigualdade comentada permaneceu.

A Tabela 1 também apresenta os resultados segundo a condição no mercado de trabalho. Em ambas as pesquisas, é notável que mais da metade do valor do IPQV calculado para o Brasil se concentrou naqueles cuja pessoa de referência da família tinha a condição de conta própria ou fora da força de trabalho e outros casos. No âmbito desta análise, cabe também esclarecer a influência direta em termos de contingente destes recortes, uma vez que os mesmos guardavam pouco mais de metade da população.

Em números, os índices calculados para estes dois subgrupos da população foram 0,258, no caso da pessoa de referência ter sido identificada como conta própria e 0,244 para fora da força de trabalho e outros casos, segundo os resultados a partir da POF 2008-2009. Com os dados da POF 2017-2018, os valores foram 0,177 e 0,173, respectivamente. Vale reparar que para estes recortes, os valores foram sempre maiores que aqueles observados para o índice que considera as perdas de toda a população.

Comparando os recortes do mercado de trabalho, as maiores perdas de qualidade de vida foram registradas no caso das pessoas que viviam onde a pessoa da referência era empregado doméstico, apesar da redução dos valores observados para o IPQV neste subgrupo ao longo do tempo. Em contrapartida, para a situação em que o empregador era a posição na ocupação, foram identificados os menores valores para o resultado do IPQV, sendo estes bem menores que os valores observado para o resultado do País.

Como esperado, a partir dos recortes dados pelos décimos da renda disponível familiar *per capita* (RDFPC), os valores das perdas de qualidade de vida foram diminuindo à medida que se avança na direção dos décimos com mais renda. Tal comportamento pode ser observado através da Tabela 1, para o caso das duas pesquisas. E, a despeito das reduções observadas para a perda média no tempo e para todos os décimos, as desigualdades entre os subgrupos persistiram e continuaram evidentes. A partir dos resultados das duas pesquisas, foi possível retratar que $\frac{1}{2}$ das pessoas, concentradas até o quinto décimo da RDFPC, contribuíram com cerca de $\frac{2}{3}$ de todo o valor do IPQV nacional. Considerando os resultados da POF 2008-2009, enquanto o resultado do IPQV para o primeiro décimo de renda foi de 0,365, o valor para o último décimo foi de 0,105. Com os dados da POF 2017-2018 os valores estimados foram 0,264 e 0,061, respectivamente. Neste último caso, fazendo uma razão entre estes dois extremos, é marcante a observação de que o índice para o décimo de RDFPC mais baixa chega a ser de, pelo menos, o quádruplo do valor observado para o último décimo (com maior renda). T tamanha desigualdade também é encontrada se a mesma conta for estabelecida a partir dos dados da POF 2008-2009.

A Tabela 2, apresenta para o Brasil e para os condicionantes de interesse, a decomposição do IPQV de forma aditiva, ou seja, apresentando o quanto de sua composição é atribuída a contagem média das privações ou perdas (C) e o quanto é atribuído aos desvios observados em relação a esta mesma contagem média. Nestes tipos de resultados, procura-se observar a existência ou não de desigualdades na distribuição dos valores das perdas de qualidade de vida individuais, tomadas a partir das características consideradas para a composição do IPQV (ver Quadros 3 e 4). Os resultados são apresentados tanto para a pesquisa POF 2008-2009 quanto para a POF 2017-2018, quando então é possível observar o maior peso da contagem média para o IPQV, sendo a contribuição dos desvios de menor magnitude. Dessa forma, o nível de perda no Brasil ou em um subgrupo da população dada é determinado, em maior medida, pela contagem média das perdas. Já o componente dos desvios merece atenção por retratar outra informação, as desigualdades dentro de um subgrupo da população, e será analisado por esta perspectiva, indicando, por exemplo, quais grupos se tornaram menos desiguais. Ou seja, o componente dos desvios pode ser visto como uma medida de desigualdade.

Vale observar que para os resultados calculados a partir dos dados das duas pesquisas a contribuição do valor médio das perdas alcançou uma participação em torno de 96%, tanto considerando os resultados para o valor nacional, quanto para os valores dos subgrupos dos condicionantes selecionados. No caso das contribuições com origem nas desigualdades, ou ainda nos desvios, as participações percentuais em relação ao total do IPQV não passaram de 5%, independente do ano da pesquisa ou condicionante que se desejasse estudar. Portanto, a conclusão em termos de contribuição relativa é que apesar da desejada diminuição no total das perdas médias das pessoas moradoras, materializada na diminuição do valor do IPQV, a variabilidade relativa identificada pelas contribuições percentuais dos desvios se manteve no tempo decorrido. Ou seja, a estabilidade da contribuição relativa dos desvios em torno de 5%, indica que a desigualdade relativa permaneceu nos mesmos patamares. Ou seja, as reduções das perdas se deram de forma generalizada. Dito de outra forma, o processo de redução das perdas ocorreu sem foco específico naqueles com perda de qualidade de vida elevada.

Se por um lado a contribuição relativa dos desvios mostrou estabilidade, indicando pouco impacto das desigualdades existentes, a contribuição absoluta dos desvios indicou uma ligeira diminuição da dispersão das perdas individuais em torno da perda média. Ou seja, a desigualdade absoluta diminuiu. A identificação das diferenças entre estes valores também indica a existência de alguns padrões sobre o comportamento destas desigualdades absolutas, quando comparadas entre os subgrupos de um mesmo condicionante. Por exemplo, a contribuição absoluta dos desvios para os valores do IPQV das Regiões Norte e Nordeste, tiveram maior importância se comparado ao caso da Região Sul, indicando maior desigualdade absoluta no Norte e Nordeste. Vale notar que este comportamento foi observado com os dados das duas pesquisas em estudo.

Tabela 2 - Índice de perda de qualidade de vida e contribuições da média e dos desvios em relação à média para o valor do IPQV, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - 2008-2009/2017-2018

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	IPQV		Contribuição da média para o valor do IPQV		Contribuição dos desvios para o valor do IPQV		Contribuição da média para o valor do IPQV (%)		Contribuição percentual dos desvios (%)	
	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018
Localização geográfica do domicílio										
Brasil	0,227	0,157	0,217	0,150	0,010	0,007	95,6	95,7	4,4	4,3
Urbano	0,205	0,142	0,196	0,136	0,008	0,006	95,9	95,9	4,1	4,1
Rural	0,337	0,244	0,328	0,238	0,009	0,007	97,2	97,3	2,8	2,7
Grandes Regiões										
Norte	0,318	0,223	0,309	0,216	0,010	0,007	97,0	96,9	3,0	3,1
Nordeste	0,303	0,207	0,293	0,200	0,010	0,007	96,8	96,6	3,2	3,4
Sudeste	0,181	0,126	0,174	0,121	0,007	0,005	96,0	95,9	4,0	4,1
Sul	0,167	0,114	0,161	0,110	0,006	0,004	96,5	96,4	3,5	3,6
Centro-Oeste	0,223	0,158	0,216	0,153	0,007	0,005	96,7	96,6	3,3	3,4
Pessoa de referência										
Composição demográfica										
Até 24 anos	0,247	0,167	0,237	0,161	0,010	0,006	96,1	96,1	3,9	3,9
25 a 49 anos	0,229	0,157	0,219	0,150	0,010	0,007	95,6	95,6	4,4	4,4
50 a 64 anos	0,227	0,157	0,216	0,150	0,010	0,007	95,4	95,5	4,6	4,5
65 anos ou mais	0,217	0,155	0,208	0,149	0,009	0,006	95,7	96,0	4,3	4,0
Cor ou raça										
Branços	0,178	0,122	0,171	0,117	0,008	0,005	95,7	95,7	4,3	4,3
Pretos e pardos	0,271	0,183	0,261	0,176	0,010	0,007	96,4	96,3	3,6	3,7
Sexo										
Homem	0,226	0,150	0,215	0,143	0,010	0,007	95,5	95,6	4,5	4,4
Mulher	0,232	0,168	0,222	0,161	0,010	0,007	95,8	95,9	4,2	4,1
Nível de instrução										
Sem instrução	0,339	0,253	0,330	0,247	0,009	0,006	97,3	97,5	2,7	2,5
Ensino fundamental incompleto	0,262	0,198	0,253	0,192	0,009	0,006	96,7	97,0	3,3	3,0
Ensino fundamental completo	0,204	0,154	0,197	0,149	0,007	0,005	96,5	96,6	3,5	3,4
Ensino médio incompleto	0,210	0,161	0,202	0,156	0,007	0,005	96,5	96,9	3,5	3,1
Ensino médio completo	0,168	0,123	0,162	0,119	0,006	0,005	96,4	96,2	3,6	3,8
Ensino superior incompleto	0,131	0,105	0,126	0,101	0,005	0,004	96,0	95,9	4,0	4,1
Ensino superior completo	0,100	0,074	0,096	0,071	0,004	0,003	95,9	96,1	4,1	3,9
Ocupação e formalização										
Empregado doméstico	0,261	0,201	0,253	0,195	0,008	0,006	97,1	96,9	2,9	3,1
Empregado privado	0,208	0,141	0,199	0,135	0,008	0,006	95,9	95,9	4,1	4,1
Militar e empregado do setor público	0,177	0,114	0,169	0,110	0,008	0,005	95,7	95,8	4,3	4,2
Conta própria	0,258	0,177	0,247	0,169	0,011	0,007	95,7	95,9	4,3	4,1
Empregador	0,164	0,092	0,156	0,088	0,008	0,004	95,2	95,5	4,8	4,5
Fora da força de trabalho e outros casos	0,244	0,173	0,233	0,166	0,011	0,007	95,6	95,9	4,4	4,1

Tabela 2 - Índice de perda de qualidade de vida e contribuições da média e dos desvios em relação à média para o valor do IPQV, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - 2008-2009/2017-2018

Condicionantes e subgrupos selecionados	(conclusão)									
	IPQV		Contribuição da média para o valor do IPQV		Contribuição dos desvios para o valor do IPQV		Contribuição da média para o valor do IPQV (%)		Contribuição percentual dos desvios (%)	
	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018
Características da família										
Composição da família										
Um adulto sem criança	0,182	0,134	0,174	0,128	0,009	0,006	95,2	95,4	4,8	4,6
Um adulto com ao menos uma criança	0,239	0,165	0,230	0,158	0,009	0,007	96,2	95,9	3,8	4,1
Mais de um adulto sem criança	0,195	0,141	0,186	0,134	0,009	0,006	95,5	95,5	4,5	4,5
Mais de um adulto com ao menos uma criança	0,245	0,169	0,235	0,161	0,010	0,007	95,8	95,7	4,2	4,3
Um ou mais idosos com ou sem crianças	0,182	0,132	0,175	0,127	0,008	0,005	95,8	96,0	4,2	4,0
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	0,230	0,164	0,220	0,158	0,010	0,006	95,8	96,2	4,2	3,8
Décimos da renda disponível familiar per capita										
1º	0,365	0,264	0,356	0,257	0,009	0,007	97,4	97,3	2,6	2,7
2º	0,317	0,221	0,309	0,215	0,008	0,006	97,4	97,3	2,6	2,7
3º	0,285	0,198	0,278	0,192	0,007	0,006	97,4	97,1	2,6	2,9
4º	0,262	0,179	0,254	0,174	0,007	0,005	97,2	97,1	2,8	2,9
5º	0,233	0,162	0,226	0,157	0,007	0,005	97,1	96,9	2,9	3,1
6º	0,209	0,148	0,203	0,143	0,006	0,005	97,0	96,9	3,0	3,1
7º	0,190	0,132	0,184	0,128	0,006	0,004	97,1	96,9	2,9	3,1
8º	0,168	0,113	0,163	0,110	0,005	0,004	97,0	96,8	3,0	3,2
9º	0,139	0,094	0,134	0,091	0,005	0,003	96,5	96,6	3,5	3,4
10º	0,105	0,061	0,101	0,059	0,004	0,002	96,2	96,9	3,8	3,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Nota: IPQV = Índice de Perda de Qualidade de Vida.

Continuando com as interpretações a partir da magnitude da contribuição dos desvios, mas agora com foco nos condicionantes a partir das características das pessoas de referência das famílias, também é possível reconhecer comportamentos referentes à dispersão da contagem das perdas médias individuais para a composição do IPQV. No caso, por exemplo, da cor ou raça da pessoa de referência, a contribuição relativa dos desvios é maior para o caso das pessoas que vivem em famílias cuja pessoa de referência é de cor preta ou parda em comparação com a condição de ser de cor branca. Quando o condicionante é o nível de instrução, para o subgrupo onde a pessoa de referência não tinha nível de instrução, a contribuição absoluta dos desvios chegou a ser o dobro do observado para o caso das famílias cuja pessoa de referência tinha o nível superior completo. Importante, mais uma vez, que esse comportamento se manteve no tempo, com a importante evidência da desejada redução destes valores. Para a estratificação da população que considera a RDFPC, segundo sua separação em décimos, o comportamento é parecido com o caso no nível de instrução, quando então as pessoas associadas aos menores níveis de renda apresentam entre si um padrão de desigualdade absoluta bem maior que o observado para o subgrupo localizado nos décimos superiores.

A Tabela 3 mostra como as perdas individuais estão distribuídas em 2008-2009 e 2017-2018. Para tanto, são listados, para o Brasil, os percentuais de pessoas em cinco classes definidas por intervalos de perdas individuais: primeira classe – até 0,05; segunda classe – mais de 0,05 a 0,10; terceira classe – mais de 0,10 a 0,20; quarta classe – mais de 0,20 a 0,30; quinta classe – mais de 0,30 a 1,00. Cabe ressaltar que a função de perda (V_i) varia de zero até um, em que zero indica que não há perdas na qualidade de vida para a pessoa i e 1(um) indica a maior perda possível. Dessa forma, as menores perdas estão na primeira classe e as maiores perdas estão na última classe. Nesta tabela também são listadas as contribuições dos subgrupos da população para os percentuais de cada classe. Tais contribuições são apresentadas em pontos percentuais (p.p.) e os subgrupos são dados pelos décimos da RDFPC.

No Brasil, em 2008-2009, 5,8% das pessoas estavam na primeira classe (até 0,05) e, em 2017-2018, 14,0%, de tal forma que a diferença entre esses períodos (considerando sempre 2017-2018 menos 2008-2009) é de 8,2 p.p. positivos.

**Tabela 3 - Proporção de pessoas das famílias residentes por classes de valores das perdas individuais, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados
Brasil - 2008-2009/2017-2018**

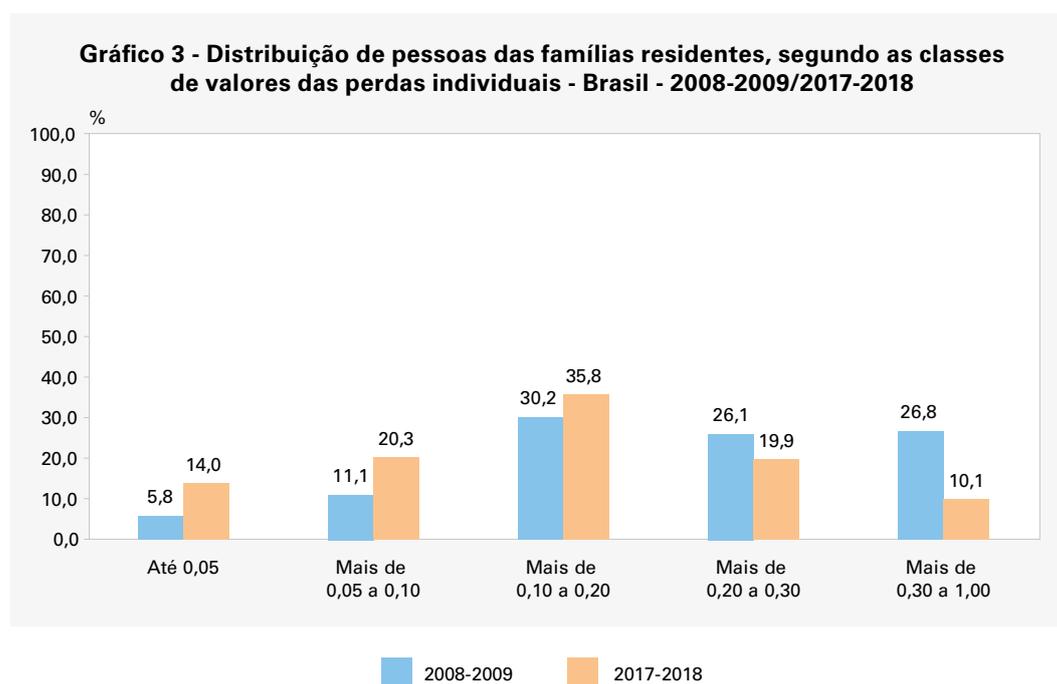
Condicionantes e subgrupos selecionados	Proporção de pessoas das famílias residentes por classes de valores das perdas individuais (%)				
	Até 0,05	Mais de 0,05 a 0,10	Mais de 0,10 a 0,20	Mais de 0,20 a 0,30	Mais de 0,30 a 1,00
2008-2009					
Localização geográfica do domicílio					
Brasil	5,8	11,1	30,2	26,1	26,8
Décimos da renda disponível familiar per capita					
1º	0,0	0,1	0,9	2,1	6,8
2º	0,0	0,2	1,6	2,9	5,3
3º	0,1	0,3	2,0	3,4	4,2
4º	0,1	0,4	2,7	3,4	3,4
5º	0,2	0,8	3,2	3,3	2,5
6º	0,2	1,2	3,8	3,0	1,9
7º	0,4	1,4	4,0	3,0	1,2
8º	0,6	1,8	4,3	2,4	0,8
9º	1,4	2,3	4,1	1,8	0,4
10º	2,7	2,6	3,5	0,9	0,2
2017-2018					
Localização geográfica do domicílio					
Brasil	14,0	20,3	35,8	19,9	10,1
Décimos da renda disponível familiar per capita					
1º	0,1	0,4	2,6	3,3	3,5
2º	0,2	0,7	3,6	3,4	2,1
3º	0,3	1,3	3,9	3,1	1,4
4º	0,5	1,5	4,3	2,7	1,0
5º	0,7	1,9	4,3	2,2	0,8
6º	1,0	2,2	4,4	1,9	0,5
7º	1,4	2,5	4,3	1,5	0,4
8º	1,9	3,1	3,8	1,0	0,2
9º	2,9	3,4	3,0	0,6	0,1
10º	5,0	3,2	1,5	0,2	0,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 e 2017-2018.

No Gráfico 3 são apresentadas as classes de perdas individuais e a proporção da população em cada classe para o período 2008-2009 e 2017-2018. Neste gráfico, a distribuição de ambos os períodos mostra proporções crescentes até a terceira classe (mais de 0,10 a 0,20) e decrescendo a partir deste ponto. Um fato a ressaltar é que em 2008-2009 a redução de participação nas duas últimas classes foi bem menor quando comparada com a de 2017-2018.

Na segunda classe (mais de 0,05 a 0,10), a diferença foi ainda maior de menos 9,2 p.p.. Na terceira classe, (mais de 0,10 a 0,20) a diferença foi de 5,6 p.p.. Entretanto, cabe ressaltar que nesta classe estavam os maiores percentuais da população, 30,2% em 2008-2009 e 35,8% em 2017-2018.

Na quarta classe (mais de 0,20 a 0,30), a diferença entre as proporções se torna negativa em 6,2 p.p. Importante ressaltar que neste ponto houve uma inflexão, justamente quando se observam os intervalos de perdas individuais maiores. Na última classe (mais de 0,30 a 1,00) os percentuais variaram mais, indo de 26,8% em 2008-2009 para 10,1% em 2017-2018. Ou seja, uma queda de 16,7 p.p. Com a observação desta dinâmica, nota-se que ocorreu uma melhora na qualidade de vida no período entre as duas pesquisas, uma vez que a população apresentou menor frequência para os indicadores considerados na construção do índice.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Uma forma de entender a intensidade das perdas individuais e interpretar as alterações na distribuição de perdas descritas acima é por meio da sua relação com a contagem (ponderada) das perdas e os pesos (ou os “tamanhos”) das dimensões. Na primeira classe, por exemplo, o tamanho da perda estaria associado à metade de uma dimensão inteira, ou seja, quem estava nesta classe contabilizou perdas cujos

pesos são de até metade do peso de 1 dimensão (ver na seção **Notas técnicas**). Na segunda classe, concentravam-se pessoas com perdas que correspondem da metade de uma dimensão até 1 dimensão inteira. Na terceira classe, que corresponde à de maior concentração populacional, as perdas encontravam-se entre 1 até 1,5 dimensão. Na quarta classe, entre 1,5 e 2,5 dimensões (aproximadamente). E na última classe, as perdas estariam relacionadas de 2,5 até 6 dimensões. Isto demonstra que variações nas concentrações de população em cada classe refletem as mudanças na qualidade de vida no período analisado. Por exemplo, quando há aumentos da população na primeira classe, isto pode sugerir ganhos de qualidade de vida para uma parcela da população que passa a conviver com um nível de perda relativamente pequeno, geralmente associado a um número reduzido de dimensões ou indicadores. Todavia, uma redução da proporção da população na última classe pode representar grandes ganhos na qualidade de vida. Nesta classe estavam as pessoas com os maiores níveis de perda, geralmente associados a um maior número de dimensões e indicadores e com grande impacto no IPQV.

Outra análise é pela contribuição de cada grupo classificado pela RDFPC. A Tabela 3 mostra que em 2008-2009 a distribuição da primeira classe de perdas ficou concentrada nos últimos decis, de tal forma que os 30% com as maiores rendas representavam mais de 80% dos casos da classe. A última classe ficou concentrada naqueles décimos de menor RDFPC, mais especificamente os 40% com as menores rendas concentraram mais de 70% dos casos da classe.

Em 2017-2018, ocorreu também para a primeira classe a concentração de pessoas nos últimos décimos. Todavia, percebe-se uma concentração menor, visto que cerca de 80% da população desta classe estava a partir do sexto decil de renda, enquanto no período anterior isto ocorreu a partir do sétimo decil de renda. Notadamente, na última classe, apesar da redução significativa na proporção de pessoas em relação ao período anterior, não se observaram mudanças significativas no padrão da distribuição das contribuições pelos decis de renda, exceto no primeiro décimo que passou de 25% para 35% dos casos da classe.

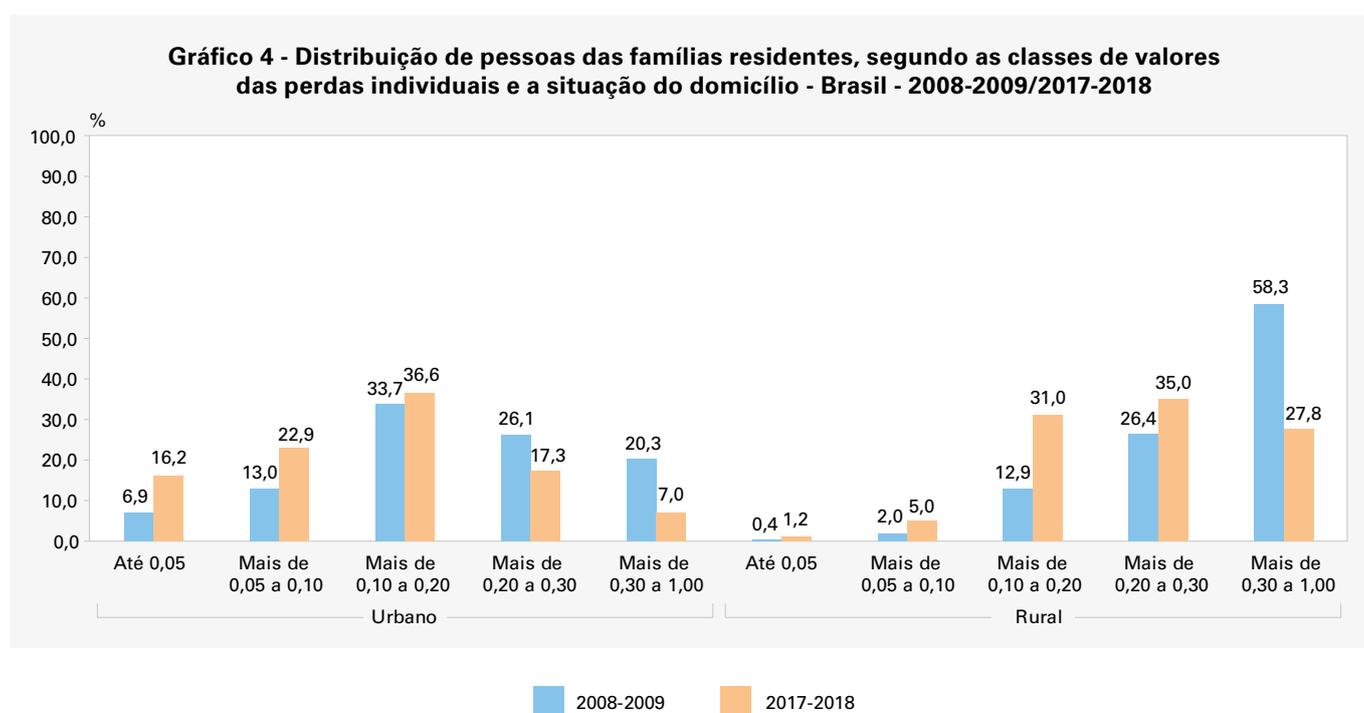
Desta forma, pode-se inferir uma forte associação negativa entre a RDFPC e as perdas da qualidade de vida mensuradas pelo IPQV e seus indicadores não monetários. Tal resultado é esperado dado o papel instrumental da renda. A renda é um dos principais instrumentos utilizados pelas famílias para adquirir produtos, serviços e outros itens que valorizam e impactam na qualidade de vida. Apesar da associação, as informações sobre a RDFPC não devem ser confundidas com as informações trazidas pelo IPQV, dado que as pessoas, em um mesmo décimo de renda, podem estar em classes de perdas distintas. Por exemplo, em 2008-2009, apenas 2,7 p.p. (ou 27,0%) das pessoas do último décimo estavam na classe de menores perdas (primeira classe, de até 0,05). A outra parte (73,0%) do último décimo se distribuiu nas demais classes de perdas. Dessa forma, pessoas com renda semelhante tiveram perdas distintas. Este fato indica que as informações do IPQV e da RDFPC devem ser vistas como complementares¹⁵.

A seguir são apresentados os Gráficos 4 ao 7 que representam a distribuição de pessoas das famílias residentes por classes de valores das perdas individuais, segundo

¹⁵ Mais informações sobre a distribuição da RDFPC e seu uso no cálculo da pobreza e da desigualdade foram apresentadas na publicação *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados* (2020).

alguns subgrupos: situação de domicílio (Gráfico 4), Grandes Regiões (Gráfico 5), cor e raça da pessoa de referência (Gráfico 6) e sexo da pessoa de referência (Gráfico 7), para as duas pesquisas estudadas, POF 2008-2009 e POF 2017-2018.

O Gráfico 4 mostra as classes de perdas individuais e a proporção da população em cada classe, segundo o contexto urbano e rural. Na área urbana, em 2008-2009, 6,9% das pessoas estavam na primeira classe (até 0,05) e, em 2017-2018, 16,2%, de tal forma que a diferença entre esses períodos (considerando sempre 2017-2018 menos 2008-2009) é de 9,3 p.p. positivos. Na última classe (mais de 0,30 a 1,00), esta diferença foi negativa em 13,3 p.p.. Esta mudança da distribuição revelou uma melhora na qualidade de vida para parcela significativa da população, pois ocorreu um aumento da proporção de pessoas na classe onde as perdas se concentraram em até 1 dimensão, como também uma redução na classe onde as perdas se concentravam em até 6 dimensões.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Outro aspecto observado nas áreas urbanas é o formato da distribuição das perdas. Em ambos os períodos, até a terceira classe (mais de 0,10 a 0,20), a proporção da população é crescente e, depois, torna-se decrescente. Todavia, a intensidade da redução a partir deste ponto de inflexão foi distinto entre os períodos. Em 2008-2009, da terceira para a quarta classe (mais 0,20 a 0,30), houve uma queda de 7,6 p.p. e, em 2017-2018, de 19,3 p.p.; da quarta classe (mais 0,20 a 0,30) para a quinta classe (mais de 0,30 a 1,00), houve uma queda de 5,8 p.p. em 2008-2009 e, de 10,3 p.p. em 2017-2018.

A área rural apresentou uma distribuição muito diferente da área urbana. Na área urbana, o maior número de casos está na terceira classe de perdas (mais de 0,10 a 0,20). Já na área rural, o maior número de casos se concentra nas duas últimas classes

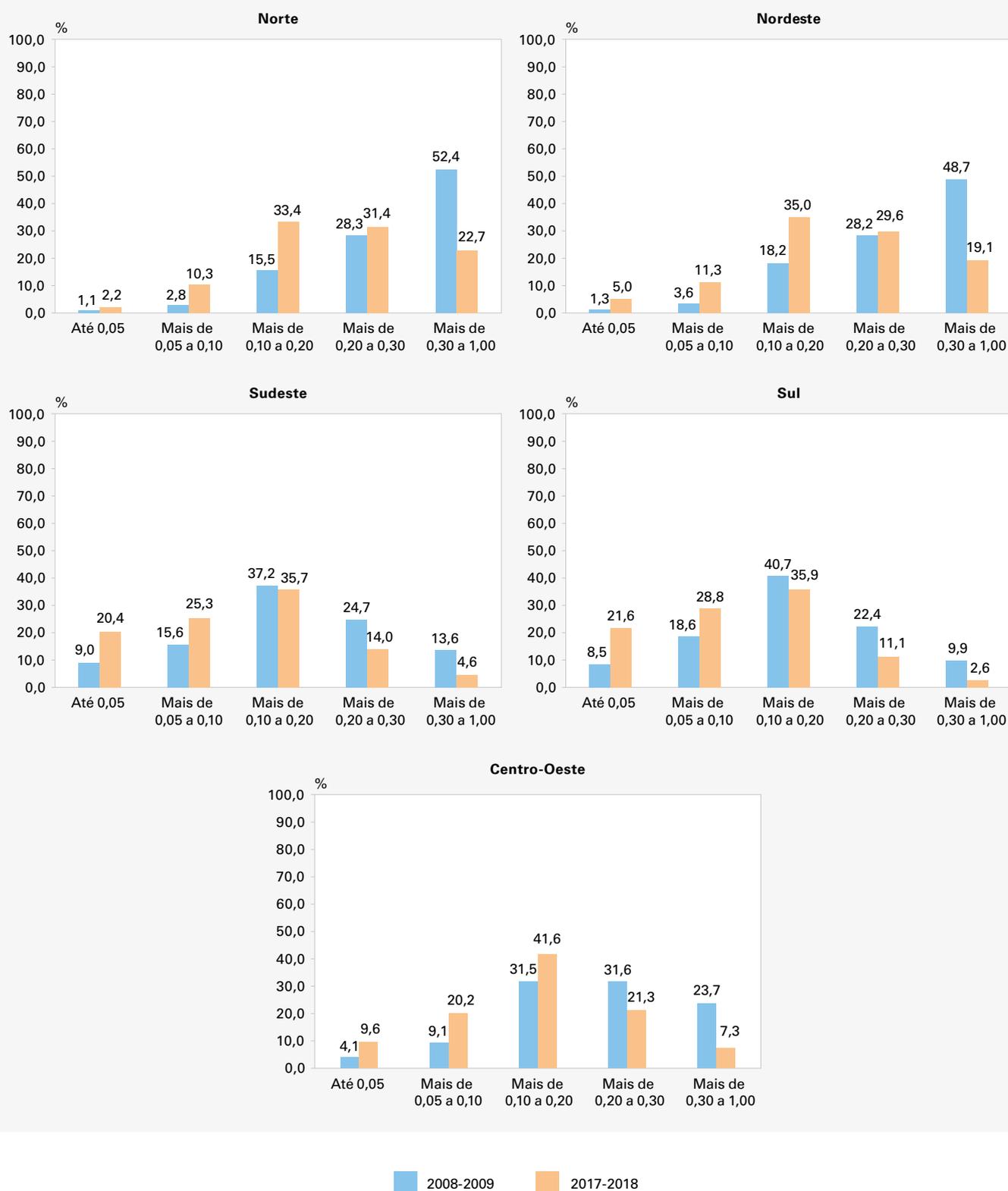
com as maiores perdas. Em 2008-2009 a proporção da população nas duas últimas classes foram 26,4 e 58,3, indicando perdas elevadas para uma parcela da população que reside na área rural. Em relação à dinâmica da distribuição de perdas dentro da área rural, chama a atenção a redução dos casos da última classe, indicando melhoras ao longo do tempo. Na área rural, a proporção de pessoas na última classe (mais de 0,30 a 1,00) foi de 58,3 em 2008-2009 e de 27,8 em 2017-2018.

A partir do Gráfico 5, é possível observar a distribuição de pessoas das famílias residentes por classes de valores das perdas individuais nas Grandes Regiões. Nota-se que as desigualdades regionais também foram captadas pelas perdas individuais. Na primeira classe de valores das perdas individuais, as Regiões Norte e Nordeste, na comparação entre os períodos, tiveram um dos menores crescimentos na proporção de pessoas, 1,1 p.p. e 3,7 p.p., respectivamente; enquanto nas Regiões Sudeste e Sul, um dos maiores crescimentos, na ordem de 11,4 p.p. e 13,1 p.p.. Em contrapartida, na última classe, foram as Regiões Norte e Nordeste, na comparação entre os períodos, que demonstraram maiores perdas populacionais, na ordem de 29,7 p.p. e 29,6 p.p. negativos, o que mostra uma melhora na qualidade de vida.

Agora, analisando individualmente cada Grande Região, na Norte, em 2008-2009, a maior concentração populacional (mais de 50% da população) encontrava-se na última classe e, em 2017-2018, a maior concentração foi na terceira classe, cerca de 33%. Entre os períodos, se observou crescimento na proporção de pessoas até a quarta classe e uma redução expressiva na última, que possui as maiores perdas individuais, na ordem de 29,7 p.p.

Na Região Nordeste, em 2008-2009, também a maior concentração populacional se encontrava na última classe, cerca de 49% e, em 2017-2018, na terceira classe, 35%. Na comparação entre os períodos, da mesma forma que na Região Norte, a Nordeste apresentou crescimento na proporção de pessoas até a quarta classe e redução significativa na última, de 29,5 p.p.. Na Região Sudeste, em ambos os períodos analisados, a maior concentração populacional foi na terceira classe, onde as perdas encontravam-se entre 1 até 1,5 dimensão. Chama a atenção, entre os períodos analisados, que o maior crescimento na proporção de pessoas ocorreu na primeira classe, na ordem de 11,4 p.p., e a maior redução na quarta classe (que possui perdas entre 1,5 e 2,5 dimensões), de 10,7 p.p..

Gráfico 5 - Distribuição de pessoas das famílias residentes, segundo classes de valores das perdas individuais e Grandes Regiões - 2008-2009/2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

O comportamento da concentração populacional da Região Sul é bem similar ao da Região Sudeste. Na Região Sul, a maior concentração populacional encontrava-se na terceira classe, em ambos os períodos, acima de 35%. É possível notar, no Gráfico 5, que também ocorreu um maior crescimento da proporção de pessoas na primeira classe na ordem de 13,1 p.p. e uma redução na quarta classe de 11,3 p.p., quando comparados os dois períodos analisados. Na Região Centro-Oeste, a concentração populacional também se encontrava na terceira classe, independente do período analisado. Entretanto, diferentemente das Regiões Sudeste e Sul, o maior crescimento da proporção de pessoas ocorreu na segunda classe e a maior redução, na última classe.

O Gráfico 6 mostra a proporção da população, por classes das perdas, segundo a cor da pessoa de referência da família. Em 2008-2009, para o subgrupo da população em que a pessoa de referência era da cor preta ou parda, cerca de 67% da população concentrava-se nas duas últimas classes, onde ocorrem as maiores perdas individuais. Enquanto para o subgrupo da população, cuja pessoa de referência da família era da cor branca, a concentração ocorreu nas três primeiras classes, cerca de 63%. Em 2017-2018, quando a pessoa de referência era branca, nota-se uma maior concentração da população nas duas primeiras classes, cerca de 50%, e quando era preta ou parda, uma menor da concentração da população nas últimas classes, cerca de 40%.

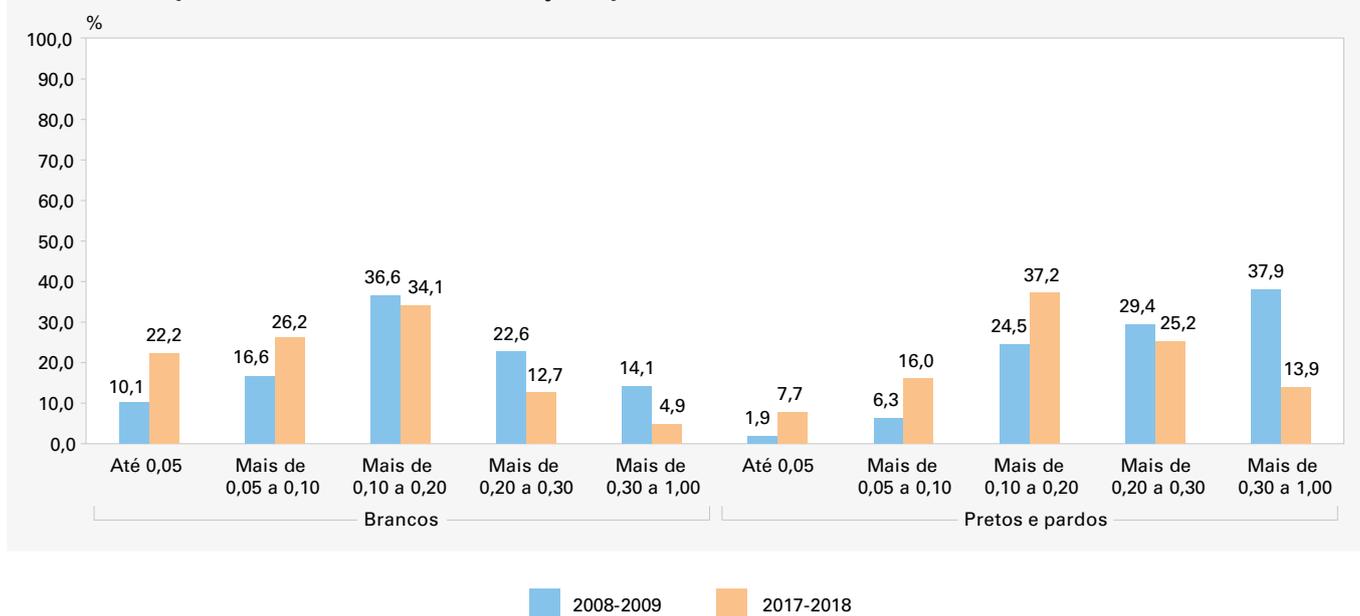
Na análise entre os dois períodos, quando a pessoa de referência era da cor branca, nota-se um crescimento significativo da proporção de pessoas na primeira classe, cerca de 12.p.p. Quando analisamos a partir da pessoa de referência preta ou parda, o que chama atenção foi a redução expressiva na proporção de pessoas na última classe, de 24 p.p.. Isto indica que, em ambos os subgrupos, apresentaram ganhos na qualidade de vida. Todavia, este ganho ocorreu de forma distinta. Em famílias com pessoas de referência de cor branca, o ganho ocorreu devido a um aumento de pessoas com baixo valores de perdas. Já na situação de pessoas de referência de cor preta e parda, foi a partir da redução para quem se encontrava na última classe.

No Gráfico 7 é apresentada a proporção da população, por classes das perdas, segundo o sexo da pessoa de referência. Para pessoas que viviam em famílias cuja pessoa de referência era homem, em 2008-2009, 52,1% se concentravam nas últimas classes de perdas. É possível notar que em 2017-2018, ocorreu uma mudança na concentração, visto que cerca de 27% se encontravam nas últimas classes.

Interessante observar que a concentração populacional é bem similar quando a pessoa de referência era mulher. Em 2008-2009, 55,1% se concentravam nas últimas classes de perdas. Em 2017-2018, também ocorre uma mudança na concentração; todavia, em um patamar menor do que no subgrupo quando a pessoa de referência era homem, visto que a concentração das últimas classes estava em 34,0%.

Outro ponto a salientar é que na primeira classe (com menor perda individual) ocorreu aumento da proporção de pessoas quando comparados os dois períodos analisados, independente do sexo da pessoa de referência. Todavia, no subgrupo onde a pessoa de referência era homem (aumento de 9,8 p.p.), o crescimento foi maior quando era mulher (aumento de 6,0 p.p.).

Gráfico 6 - Distribuição de pessoas das famílias residentes, segundo as classes de valores das perdas individuais e a cor ou raça da pessoa de referência - Brasil - 2008-2009/2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Gráfico 7 - Distribuição de pessoas das famílias residentes, segundo as classes de valores das perdas individuais e o sexo da pessoa de referência - Brasil - 2008-2009/2017-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Para identificar a importância de cada dimensão na composição do IPQV foi calculado quanto seria o IPQV caso não houvesse perdas de qualidade nesta dimensão analisada individualmente. A diferença entre o IPQV e o IPQV recalculado excluindo as perdas de uma dimensão, é o que se define como efeito marginal, como pode ser observado na Tabela 4. Para melhor compreender o impacto desses efeitos marginais absolutos, também é calculada a contribuição percentual do efeito marginal de cada dimensão na soma dos efeitos marginais de todas as dimensões. O IPQV de 2008-2009 foi 0,227 (Tabela 3), porém ao recalculá-lo considerando que não houve perdas de qualidade de vida na dimensão moradia, o IPQV passa a ser de 0,203 (Tabela 4) e seu respectivo efeito marginal, 0,024, o que equivale a 9,2% de contribuição para a soma dos efeitos marginais. Ainda sobre os resultados de 2008-2009, as dimensões serviços de utilidade pública; e saúde e alimentação, registraram contribuições de 13,3% e 14,9%, respectivamente. Educação; e acesso aos serviços financeiros e padrão de vida ambas tiveram o mesmo valor na participação sobre o total dos efeitos marginais, 19,1%. Já ao excluir as perdas da dimensão transporte e lazer, o IPQV cai para 0,163 e sua contribuição para os efeitos marginais totais é de 24,4%.

Tabela 4 - Índice de perda de qualidade de vida, efeito marginal e contribuição para a soma dos efeitos marginais, segundo as dimensões selecionadas - Brasil 2008-2009/2017-2018

Dimensões selecionadas	IPQV excluindo as perdas da dimensão		Efeito marginal (1)		Contribuição para a soma dos efeitos marginais (%)	
	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018	2008-2009	2017-2018
Moradia	0,203	0,129	0,024	0,028	9,2	16,0
Serviços de utilidade pública	0,192	0,132	0,035	0,025	13,3	14,2
Saúde e alimentação	0,188	0,132	0,040	0,025	14,9	14,1
Educação	0,177	0,123	0,051	0,034	19,1	19,2
Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida	0,177	0,123	0,051	0,034	19,1	19,2
Transporte e Lazer	0,163	0,127	0,065	0,031	24,4	17,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

(1) O efeito marginal da dimensão é dado pela diferença entre o valor do IPQV e o IPQV recalculado com a exclusão das perdas da dimensão.

Nota-se que os efeitos marginais calculados para 2017-2018 têm valores próximos ao que seria observado caso todas as dimensões tivessem a mesma contribuição, isto é, 16,7% ($\frac{1}{6}$). Isto reflete que mesmo a contribuição do efeito marginal da dimensão saúde e alimentação (14,1%) seja menor que a da educação (19,2%), não há uma dimensão que seja fortemente responsável pela maior perda da qualidade de vida das pessoas, reforçando a natureza multidimensional das perdas. Mesmo em 2008-2009, quando a dimensão transporte e lazer apresentou um maior impacto relativo e a moradia apresentou um impacto relativo menor, todas as dimensões tiveram contribuições não desprezíveis o que ilustra, novamente, a característica multidimensional das perdas da qualidade de vida.

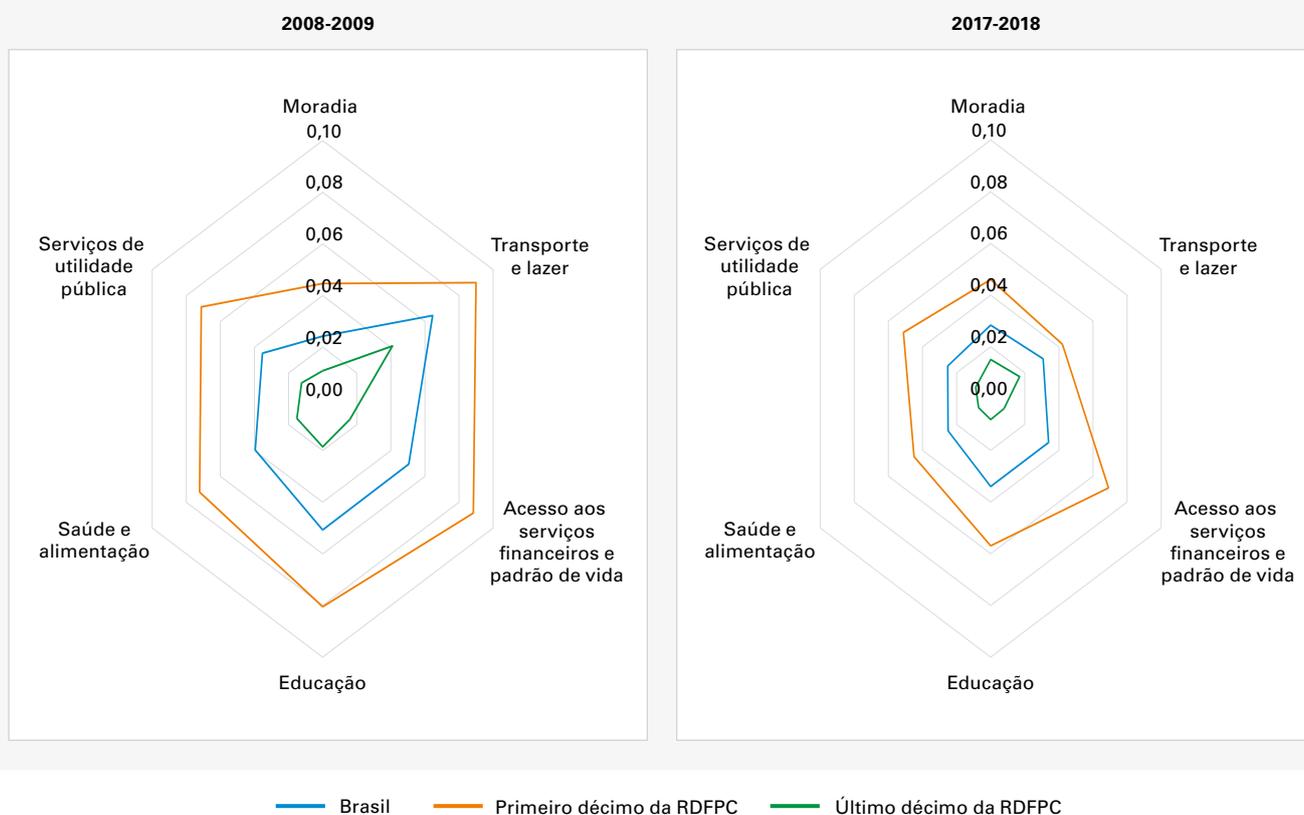
Comparando os resultados entre os dois períodos, moradia e transporte e lazer foram as dimensões que apresentaram as maiores diferenças em relação aos efeitos marginais. Embora a moradia tenha aumentado sua parcela sobre a soma dos efeitos marginais de 9,2% para 16,0%, em termos absolutos os efeitos marginais ficaram praticamente estáveis. A mudança das demais dimensões acabou por alterar significativamente a contribuição relativa da moradia. Este é o caso da dimensão transporte e lazer, que caiu de 24,4% para 17,3%. Esta perda de 7,0 p.p. é resultado de vários efeitos, incluindo o que ocorreu em outras dimensões, entretanto dois deles foram, uma considerável melhora nos indicadores desta dimensão, principalmente aqueles relacionados ao lazer, ou seja, houve queda nas perdas de qualidade do lazer e a existência do indicador relacionado ao tempo de deslocamento para o trabalho no cálculo do IPQV de 2017-2018, que ainda não constava no questionário da POF 2008-2009 (dada a inexistência do indicador, seguiu-se o tratamento usual da literatura, com a ponderação dos demais indicadores da dimensão¹⁶).

Uma forma alternativa para comparar a magnitude destas contribuições pode ser vista no Gráfico 8, que demonstra que quanto mais distante do centro do gráfico o vértice equivalente a dimensão está, mais impacto esta dimensão teve sobre a qualidade de vida da população. Em um caso hipotético em que todas as dimensões tivessem o mesmo impacto sobre o IPQV, a figura seria um hexágono perfeito (os seis lados relativos as dimensões do mesmo tamanho).

De acordo com o cálculo para 2017-2018, como apresentado na Tabela 4, as contribuições não são idênticas, mas tem valores próximos, então a forma do gráfico fica mais próximo de um hexágono com todos os lados iguais, quando se está observando os resultados para o Brasil. Para os dados de 2008-2009, a maior participação da dimensão transporte e lazer que foi comentada anteriormente, pode ser observada nitidamente no Gráfico 8, pois o lado do hexágono que a representa é bem mais distante do centro, já a moradia concentra menos perdas ficando mais próxima do centro.

¹⁶ Mais detalhes sobre os pesos dos indicadores podem ser vistos nas **Notas técnicas** desta publicação.

Gráfico 8 - Efeitos marginais por classificações da renda disponível familiar *per capita*, classificada pelos primeiro e último décimos da distribuição, segundo as dimensões - Brasil - 2008-2009/2017-2018

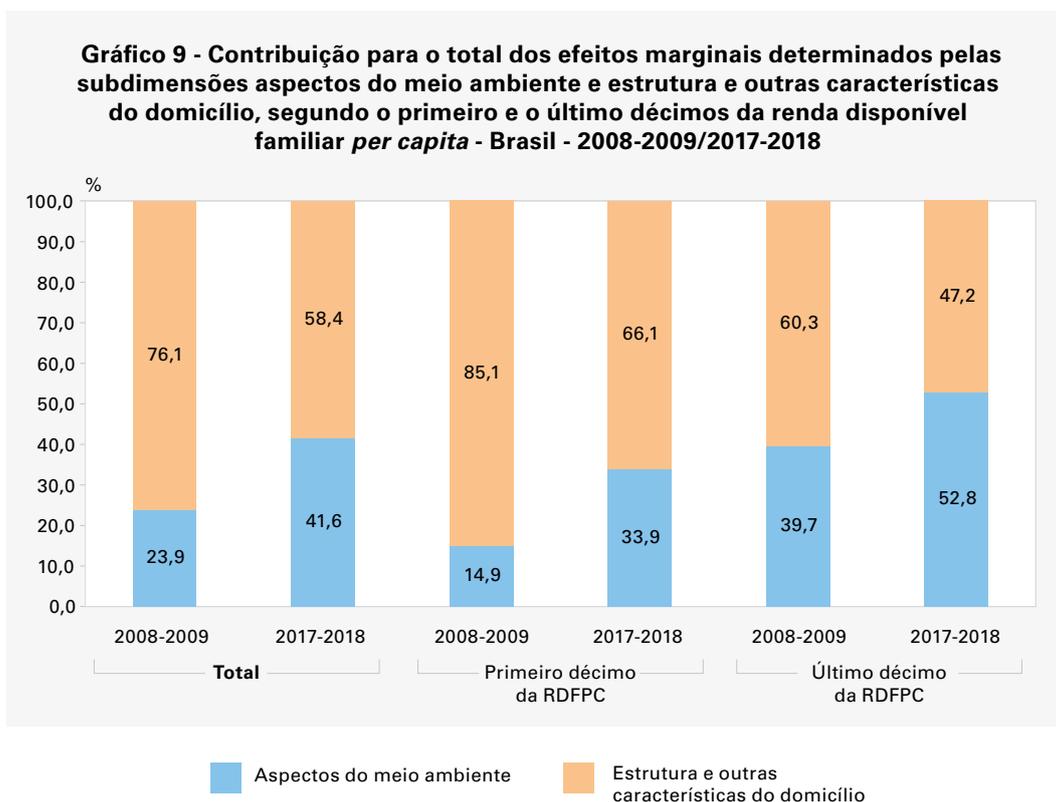


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.
Nota: RDFPC = Renda disponível familiar *per capita*.

Interpretando as formas dos gráficos segundo os dois grupos tomados a partir da RDFPC, nota-se que as famílias que estão no primeiro décimo encontram-se sempre mais afastadas do centro do gráfico do que o resultado para o Brasil e do que as famílias que compõem o último décimo da RDFPC, isto é, as perdas são mais sentidas pelas famílias com menor renda. Mesmo que em 2017-2018 os efeitos marginais sejam menores em quase todas as dimensões, a hierarquia permanece sendo os efeitos marginais do último décimo menores que os demais.

Para as famílias do primeiro décimo da RDFPC, a moradia foi a dimensão com menor perda em 2008-2009. Enquanto transporte e lazer e acesso aos serviços financeiros e padrão de vida foram as dimensões com maiores perdas. Em 2017-2018 as dimensões que mais contribuíram para as perdas foram acesso aos serviços financeiros e padrão de vida e educação. Considerando o último décimo da RDFPC em 2008-2009 a moradia também foi a dimensão com menor perda, enquanto transporte e lazer e educação foram as que registraram as maiores.

O Gráfico 9 também se refere as contribuições das dimensões sobre os efeitos marginais totais, mas sob uma ótica mais detalhada para a dimensão moradia e suas subdimensões: aspectos do meio ambiente e estrutura e outras características do domicílio. A razão para avaliar destacadamente o comportamento destas subdimensões se dá pelo fato de que enquanto os aspectos do meio ambiente são questões que requerem uma participação mais ativa de políticas públicas ou regulação, como por exemplo, melhorias de saneamento básico, coleta de lixo e proteção de encostas, a subdimensão de estrutura e outras características do domicílio tem relação maior com a capacidade de investimento privado de cada família em promover benfeitorias em seu domicílio, tais como revestimento apropriado para parede, telhado com laje, etc. Na medida em que as famílias têm mais renda e as condições de infraestrutura do seu domicílio tenham evoluído satisfatoriamente, as preocupações delas podem ser direcionadas mais para as características urbanísticas do entorno do domicílio. Mesmo que habitem em regiões onde há oferta de serviço público de melhor qualidade em relação as demais áreas da cidade. Ou seja, a renda familiar não é um fator suficiente para garantir o nível máximo de qualidade de vida em relação a moradia.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Nota: RDFPC = Renda disponível familiar *per capita*.

No Brasil, observou-se um crescimento relativo da contribuição para os efeitos marginais dada pela subdimensão aspectos do meio ambiente, considerando o período estudado, visto que a participação desta subdimensão era 23,9% em 2008-2009 e passou para 41,6%. Esta evolução também foi identificada nas famílias pertencentes ao primeiro e ao último décimo de rendimento. Entretanto, a magnitude destas parcelas é muito distinta comparando os dois grupos familiares. Para as famílias que estavam no topo da distribuição de rendimento, observou-se uma participação de 39,7% desta subdimensão no total dos efeitos marginais calculados nas duas subdimensões com os dados de 2008-2009, passando para 52,8% em 2017-2018, superando a importância relativa da estrutura e outras características do domicílio. Por outro lado, as famílias do primeiro décimo de rendimento, embora, no período, tenham apresentado um crescimento de 19,0 p.p. da contribuição para o total dos efeitos marginais relativo à subdimensão aspectos do meio ambiente, a sua participação é apenas de aproximadamente $\frac{1}{3}$ do total da moradia. Estes resultados apontam que a qualidade de vida sob a ótica da moradia para as famílias do primeiro décimo de rendimento, se dá muito mais por investimentos em seus domicílios, com seus próprios recursos, do que por conta de boas condições no entorno do domicílio em relação a questões ambientais.

Índice de desempenho socioeconômico (IDS)

O índice de desempenho socioeconômico (IDS) é o resultado da quantidade de recursos gerados por uma sociedade e a perda de qualidade de vida que ela sofre em determinado período. É a função do progresso econômico (A) do Brasil e das Unidades da Federação representado pelo logaritmo da média da renda disponível familiar *per capita* (RDFPC), e das perdas agregadas de qualidade de vida (IPQV), apresentada nas seções anteriores. Tal índice permite comparar as diferentes Unidades da Federação em uma métrica comum que “desconta” do progresso econômico as perdas apontadas pelo IPQV. Para cada Unidades da Federação foi calculado um IDS, sendo o resultado para o Brasil definido pela soma ponderada dos IDSs das Unidades da Federação.

Conforme explicado anteriormente (seção **Notas técnicas**), a obtenção da renda a partir da valoração das aquisições não monetárias de serviços só foi realizada na edição da POF 2017-2018. E para ser possível comparar os resultados do IDS com a POF 2008-2009, foi necessária a utilização de uma versão da RDFPC de 2017-2018 que exclui tais aquisições. Deste modo, todos os resultados comentados a seguir relativos à Tabela 5, são com a RDFPC de ambos os períodos apenas considerando os valores monetários dos produtos e serviços e os valores não monetários referentes às aquisições de produtos. Entretanto, como também foi realizada a revisão nos indicadores usados para o cálculo do IPQV 2017-2018, atualizados nesta publicação, houve uma pequena revisão no valor do IPQV e do IDS 2017-2018 disponibilizados na publicação *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores de qualidade de vida (2021a)*. Assim, em virtude destas atualizações foi preciso recalcular o IDS 2017-2018 com a renda completa, ou seja, com a renda que soma os valores monetários e não-monetário dos produtos e dos serviços, o que pode ser visto a partir da Tabela 6.

À vista disso, neste tópico será analisada a evolução do IDS entre os períodos de 2008-2009 e 2017-2018 para o Brasil e as Unidades da Federação, apresentado o valor atualizado do IDS 2017-2018 calculado com a RDFPC que inclui os serviços monetários e em que medida a adição destes serviços à renda impactou no resultado do IDS (Gráfico 8). Ademais, as Tabelas 7 e 8 mostram a contribuição de cada dimensão para os efeitos marginais, segundo as Unidades da Federação.

A evolução do IDS entre 2008-2009 e 2017-2018

No período analisado, 2008-2009 e 2017-2018, conforme a Tabela 5, o Brasil e todas as suas Unidades da Federação tiveram aumento na qualidade de vida e bem-estar, medido pelo IDS. O valor do IDS passou de 5,452 em 2008-2009 para 6,147 em 2017-2018, uma variação de 12,8%. Lembrando que para uma comparação entre as duas versões da POF, na Tabela 5 todos os resultados de 2017-2018 são referentes a RDFPC, excluindo da composição da renda disponível as aquisições não monetárias de serviços (ESNM). Mais especificamente, a sigla ESNM indicará que foram excluídos da renda os valores das aquisições não monetária dos serviços, exceto do aluguel imputado.

Para uma melhor análise do IDS, deve-se salientar que ao utilizar o logaritmo da média da RDFPC, os incrementos de renda sempre aumentam os valores do IDS, porém a taxas cada vez menores. Isto significa que quanto maior a RDFPC da Unidade da Federação, menor é o impacto de uma unidade adicional de renda no índice ou que os incrementos de renda têm mais impacto nos locais com menor renda *per capita*. Além disso, para o IDS de Unidades da Federação com rendas muito elevadas, pequenos incrementos do IPQV podem anular os benefícios gerados pelos incrementos de renda. Consequentemente, quedas no IPQV são relativamente mais importantes para estas Unidades da Federação. Dessa forma, mesmo que em áreas com RDFPC mais elevada e que já tenham ampla disponibilidade de hospitais, saneamento básico, boa rede de transporte público etc., é importante a manutenção e ampliação destes serviços para uma evolução no IDS. Por outro lado, áreas que historicamente tem RDFPC mais baixas, ao apresentarem crescimento real na RDFPC e/ou melhoria no IPQV, conseguem ter um impacto mais significativo no IDS.

A partir disso, observou-se que os resultados regionais corresponderam a este fundamento, visto que os maiores crescimentos ocorreram nos Estados de Roraima (32,0%) e Sergipe (25,8%) onde a RDFPC é mais baixa que a média nacional, enquanto nos Estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro aumentaram o IDS em 9,1% e 5,6%, respectivamente.

O Distrito Federal registrou o maior valor de IDS em 2017-2018, 6,923 *versus* 5,969 no período anterior. Com este incremento de 16,0% o Distrito Federal tornou-se a Unidade da Federação com maior IDS do País, ultrapassando São Paulo que ocupava o topo em 2008-2009. O crescimento do IDS de São Paulo no período foi de 10,3%, isto é, 5,7 p.p. abaixo do Distrito Federal e ficou com a segunda posição na ordenação dos valores do IDS.

Tabela 5 - Índice de perda de qualidade de vida e índice de desempenho socioeconômico, segundo as Unidades da Federação - 2008-2009/2017-2018

Unidades da Federação	Índice de desempenho socioeconômico							
	POF 2008-2009				POF 2017-2018			
	IPQV	B = Ln da média da RDFPC (1)	B*IPQV	IDS(B, IPQV) (2)	IPQV	B = Ln da média da RDFPC (1)	B*IPQV	IDS(B, IPQV) (2)
Brasil	0,227	7,029	1,578	5,452	0,157	7,277	1,130	6,147
Rondônia	0,271	6,956	1,886	5,070	0,193	6,994	1,349	5,645
Acre	0,323	6,650	2,151	4,499	0,237	6,895	1,636	5,259
Amazonas	0,293	6,609	1,937	4,673	0,215	6,793	1,460	5,334
Roraima	0,320	6,514	2,082	4,432	0,169	7,046	1,194	5,852
Pará	0,343	6,600	2,262	4,338	0,242	6,687	1,620	5,067
Amapá	0,299	6,876	2,056	4,820	0,222	6,965	1,548	5,416
Tocantins	0,306	6,642	2,035	4,607	0,186	6,794	1,267	5,527
Maranhão	0,362	6,413	2,322	4,092	0,259	6,534	1,693	4,841
Piauí	0,324	6,533	2,119	4,415	0,211	6,856	1,450	5,406
Ceará	0,281	6,488	1,824	4,664	0,187	6,833	1,279	5,554
Rio Grande do Norte	0,282	6,579	1,856	4,723	0,203	7,006	1,423	5,583
Paraíba	0,279	6,607	1,841	4,765	0,206	6,875	1,420	5,455
Pernambuco	0,281	6,770	1,900	4,870	0,205	6,963	1,424	5,539
Alagoas	0,310	6,398	1,982	4,416	0,216	6,641	1,437	5,204
Sergipe	0,303	6,623	2,003	4,619	0,185	7,130	1,320	5,810
Bahia	0,308	6,663	2,054	4,609	0,198	7,012	1,390	5,622
Minas Gerais	0,201	7,083	1,422	5,661	0,137	7,296	0,997	6,299
Espírito Santo	0,199	7,046	1,400	5,645	0,138	7,337	1,014	6,324
Rio de Janeiro	0,190	7,406	1,409	5,997	0,148	7,437	1,101	6,336
São Paulo	0,166	7,404	1,229	6,175	0,112	7,669	0,857	6,811
Paraná	0,174	7,200	1,251	5,949	0,112	7,440	0,833	6,607
Santa Catarina	0,162	7,310	1,187	6,123	0,099	7,524	0,743	6,781
Rio Grande do Sul	0,163	7,249	1,185	6,064	0,126	7,573	0,956	6,617
Mato Grosso do Sul	0,212	7,106	1,510	5,597	0,152	7,373	1,120	6,253
Mato Grosso	0,232	6,923	1,605	5,317	0,166	7,324	1,216	6,108
Goiás	0,227	7,009	1,590	5,419	0,165	7,351	1,212	6,139
Distrito Federal	0,213	7,584	1,615	5,969	0,138	8,028	1,104	6,923

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

Notas: 1. IPQV = Índice de Perda de Qualidade de Vida.

2. IDS = Índice de Desempenho Socioeconômico.

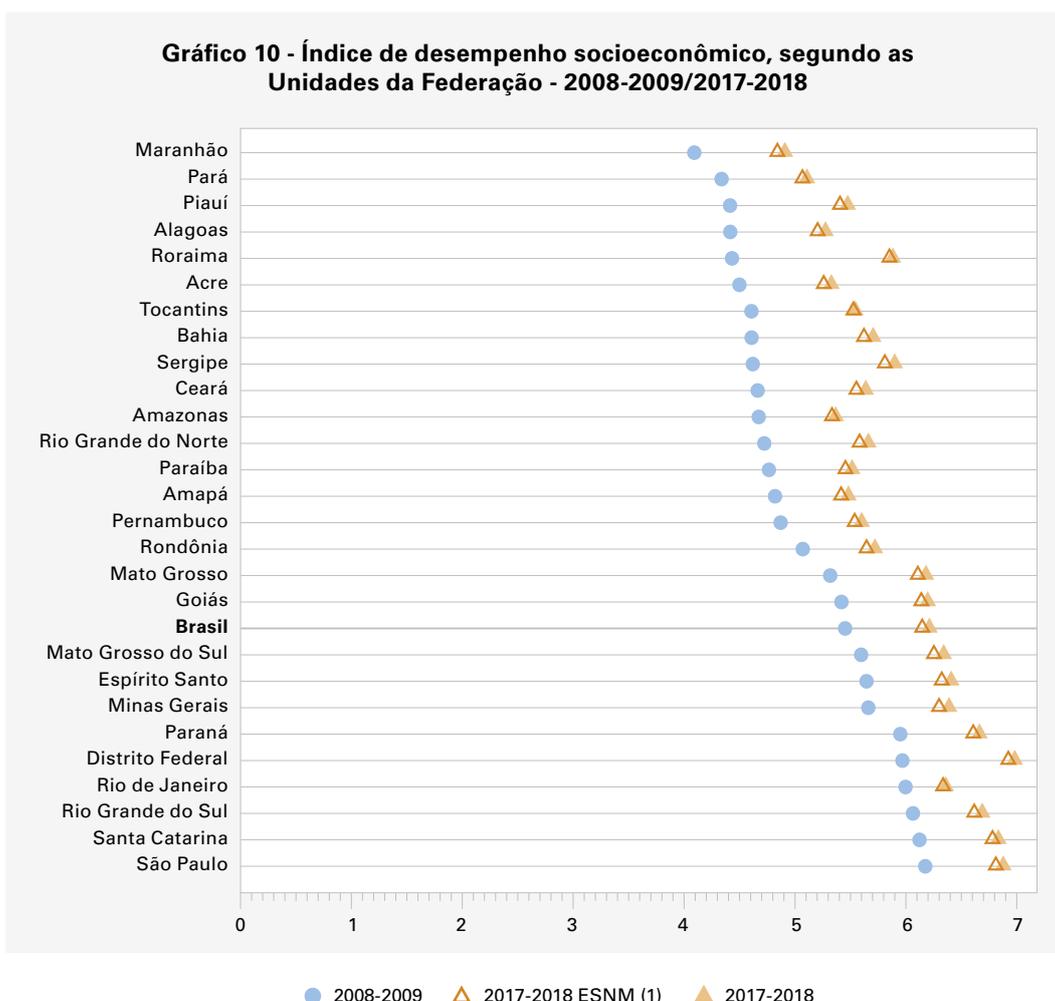
3. Resultados para a POF 2017-2018 excluindo os valores dos serviços não monetários na composição da renda disponível familiar *per capita*.

(1) Para a linha Brasil o resultado é ponderado pela população de cada Unidade da Federação. (2) O IDS é dado pela diferença entre a média da renda disponível familiar *per capita* e o valor (B*IPQV).

O Gráfico 10 colabora na interpretação do comportamento de cada Unidade da Federação no período. As Unidades da Federação estão dispostas em ordem crescente com referência aos resultados do IDS 2008-2009. No ponto à direita, representado pelo

triângulo branco, está o valor do IDS 2017-2018 ESNM e a distância entre os pontos representa a diferença entre estes valores. Assim, quanto maior a diferença entre os pontos, maior terá sido o crescimento do IDS entre os anos. Pode-se notar também qual a localização de cada Unidade da Federação comparada à média Brasil, além de demonstrar o comportamento citado acima de que as localidades com renda mais baixa (abaixo da média Brasil) são mais sensíveis às variações de renda e IPQV, isto é, os pontos estão mais distantes. Enquanto, as Unidades da Federação com maiores rendas, após a linha do Brasil, registraram menores crescimentos no IDS.

Roraima obteve o melhor desempenho, com acréscimo de 32,0% do IDS de 2008-2009 para 2017-2018. Deve-se destacar que este Estado foi o que teve a redução mais significativa no IPQV, 47,0%, acompanhado do maior aumento da RDFPC, 70,2% (R\$ 1 148,39 *versus* R\$ 674,65, ver Anexo 3). Isto demonstra que além da melhoria do desempenho econômico proveniente do ganho da renda, a população teve melhora na qualidade de vida em múltiplas dimensões não monetárias. Graficamente (Gráfico 10) também é possível ver a evolução no desempenho socioeconômico, pois Roraima teve a maior distância entre os pontos que representam seus IDSs.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009/2017-2018.

(1) Exceto os valores dos serviços não monetários.

Em situação completamente oposta está o Rio de Janeiro, que foi a Unidade da Federação que apresentou o menor incremento no IDS no período, 5,6%. Este Estado teve o menor aumento de renda real do período, apenas 3,1% (R\$ 1 645,97 *versus* R\$ 1 696,88), e a menor queda no IPQV, 22,2%. Tal comportamento também pode ser observado através do Gráfico 10, que demonstra os pontos relativos aos IDS do Rio de Janeiro como os mais próximos dentre as demais Unidades da Federação e o Brasil. Outros destaques foram Maranhão e Pará, que embora tenham tido crescimento nos seus respectivos IDS, 18,3% e 16,8%, permaneceram como os IDSs mais baixos do País, 4,841 (Maranhão) e 5,067 (Pará).

IDS 2017-2018 incluindo as aquisições não monetárias de serviços

Os valores do IDS 2017-2018 atualizados, cuja composição da renda disponível inclui as aquisições não monetárias de serviços (ISNM) são apresentados na Tabela 6. O índice do Brasil foi 6,212 e este valor representa a média dos valores das Unidades da Federação, ponderadas pela proporção de suas respectivas populações. Para esta análise, iremos utilizar o valor do Brasil como parâmetro para comparar os resultados das Unidades Federativas. Das 27 Unidades da Federação, apenas nove obtiveram resultado superior ao valor registrado para o Brasil, incluindo todas da Região Sudeste e Sul. O Distrito Federal (6,981) e São Paulo (6,878) foram as que apresentaram os maiores valores do IDS, 12,4% e 10,7% acima da média do Brasil, respectivamente. Dos Estados da Região Sudeste, o Rio de Janeiro foi o que registrou o menor valor, 6,360, apenas 2,4% superior à média nacional.

Também é possível ver a comparação das duas versões do IDS de 2017-2018 através do Gráfico 10. O IDS calculado com a renda que inclui os serviços não monetários é representado pelo triângulo laranja e o que os excluem, pelo triângulo branco. A versão do IDS que desconsidera as aquisições não monetárias de serviços (6,147), para o Brasil, representa 99,0% da versão calculada com os valores destes serviços, 6,212. Ressalta-se que quanto maior as distâncias entre os pontos, maior será o papel da parte da RDFPC associada aos valores das aquisições não monetárias no valor final do IDS. Neste sentido, destacaram-se os Estados da Região Nordeste e os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Em geral, Unidades da Federação com maiores IDS tiveram menor participação das aquisições não monetárias de serviços para a composição da RDFPC, como São Paulo, Distrito Federal e Santa Catarina. Tocantins, Amazonas e Pará são Estados que fugiram a este comportamento, pois apresentaram um menor desempenho socioeconômico em paralelo a uma baixa participação da renda decorrente das aquisições não monetárias.

Tabela 6 - Índice de perda de qualidade de vida e índice de desempenho socioeconômico, segundo as Unidades da Federação - período 2017-2018

Unidades da Federação	IPQV	Índice de desempenho socioeconômico (1)		
		B = Ln da média da RDFPC (2)	B*IPQV	IDS(B, IPQV) (3)
Brasil	0,157	7,354	1,142	6,212
Rondônia	0,193	7,088	1,367	5,721
Acre	0,237	6,985	1,657	5,328
Amazonas	0,215	6,835	1,469	5,367
Roraima	0,169	7,083	1,200	5,883
Pará	0,242	6,741	1,633	5,108
Amapá	0,222	7,048	1,567	5,481
Tocantins	0,186	6,815	1,271	5,545
Maranhão	0,259	6,625	1,716	4,909
Piauí	0,211	6,944	1,468	5,476
Ceará	0,187	6,936	1,298	5,638
Rio Grande do Norte	0,203	7,105	1,444	5,662
Paraíba	0,206	6,950	1,435	5,515
Pernambuco	0,205	7,041	1,440	5,601
Alagoas	0,216	6,731	1,456	5,275
Sergipe	0,185	7,240	1,340	5,899
Bahia	0,198	7,115	1,411	5,705
Minas Gerais	0,137	7,400	1,011	6,389
Espírito Santo	0,138	7,436	1,027	6,409
Rio de Janeiro	0,148	7,465	1,105	6,360
São Paulo	0,112	7,743	0,865	6,878
Paraná	0,112	7,503	0,840	6,663
Santa Catarina	0,099	7,582	0,748	6,834
Rio Grande do Sul	0,126	7,655	0,967	6,689
Mato Grosso do Sul	0,152	7,477	1,136	6,341
Mato Grosso	0,166	7,412	1,231	6,181
Goiás	0,165	7,421	1,223	6,198
Distrito Federal	0,138	8,094	1,113	6,981

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Notas: 1. IPQV = Índice de Perda de Qualidade de Vida.

2. IDS = Índice de Desempenho Socioeconômico.

(1) Incluindo os serviços não monetários na composição da renda disponível familiar *per capita*. (2) Para a linha Brasil o resultado é ponderado pela população de cada Unidade da Federação. (3) O IDS é dado pela diferença entre a média da renda disponível familiar *per capita* e o valor (B*IPQV)

Nas próximas duas tabelas serão explicitadas como os efeitos marginais de cada dimensão que compõe o IPQV (moradia, serviços de utilidade pública, saúde e alimentação, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida e transporte e lazer) impactam negativamente para o resultado do IDS. A Tabela 7 apresenta os percentuais da contribuição de cada dimensão para os efeitos marginais no IDS

de 2008-2009, enquanto a Tabela 8¹⁷ refere-se aos resultados das participações das dimensões para o total dos efeitos marginais no IDS de 2017-2018.

Tabela 7 - Contribuição para o total dos efeitos marginais no índice de desempenho socioeconômico, por tipo de dimensão, segundo as Unidades da Federação período 2008-2009

Unidades da Federação	Contribuição para o total dos efeitos marginais no índice de desempenho socioeconômico, por tipo de dimensão (%)					
	Moradia	Acesso aos serviços de utilidade pública	Saúde e alimentação	Educação	Acesso a serviços financeiros e padrão de vida	Transporte e lazer
Brasil	9,2	13,2	14,9	19,2	19,1	24,4
Rondônia	8,3	21,4	13,4	17,2	15,5	24,2
Acre	8,7	19,7	14,5	17,4	17,1	22,4
Amazonas	9,8	17,7	15,0	16,3	17,3	23,8
Roraima	11,8	17,1	18,4	15,1	16,7	20,9
Pará	9,0	19,0	15,9	16,7	17,1	22,4
Amapá	8,6	19,4	16,7	15,2	15,3	24,8
Tocantins	7,7	16,2	14,7	16,6	19,2	25,5
Maranhão	9,9	17,4	15,7	16,8	17,9	22,3
Piauí	8,8	18,0	13,6	17,4	18,8	23,3
Ceará	10,1	14,9	15,4	18,9	18,7	21,9
Rio Grande do Norte	9,3	13,8	15,7	19,5	18,9	22,8
Paraíba	9,1	14,4	13,2	19,7	19,2	24,3
Pernambuco	10,5	14,3	16,5	18,9	19,6	20,2
Alagoas	9,1	14,9	15,3	19,5	19,0	22,2
Sergipe	9,6	13,3	17,7	18,7	18,9	21,8
Bahia	8,5	13,9	16,6	18,2	19,0	23,8
Minas Gerais	8,4	9,9	14,3	19,9	20,8	26,5
Espírito Santo	10,0	11,3	15,0	20,3	20,3	23,1
Rio de Janeiro	9,6	11,0	15,1	19,2	19,3	25,7
São Paulo	9,5	7,5	14,5	21,5	20,3	26,8
Paraná	8,6	13,3	13,1	21,2	19,5	24,2
Santa Catarina	8,6	17,6	12,9	19,3	16,3	25,3
Rio Grande do Sul	9,0	13,6	12,4	21,5	20,3	23,1
Mato Grosso do Sul	7,9	15,4	13,4	18,7	19,2	25,5
Mato Grosso	7,2	17,7	12,8	18,7	15,8	27,8
Goiás	8,1	14,1	14,0	18,0	18,5	27,3
Distrito Federal	9,2	6,5	17,7	18,2	17,5	30,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

¹⁷ Cabe ressaltar que o uso da RDFPC com ou sem valores dos serviços não monetários não altera os resultados da Tabela 8, dada a relação das contribuições com o IPQV.

Segundo os resultados apontados na Tabela 7, a dimensão transporte e lazer foi a responsável pela maior contribuição para a soma dos efeitos marginais no IDS 2008-2009 do Brasil, com 24,4%. Sendo assim, as perdas observadas para esta dimensão, segundo as avaliações dadas pelas famílias, impactaram mais negativamente para o resultado do IDS. A educação e o acesso a serviços financeiros e padrão de vida tiveram participação equilibrada em torno de 19% e a moradia foi a que registrou menor contribuição, 9,2%. Neste último caso, as perdas com origem nos indicadores considerados para esta dimensão não tiveram um impacto na mesma intensidade que as demais para o resultado do índice. Analisando as Unidades da Federação com maiores IDS, observou-se participações assimétricas entre as dimensões, influenciando de formas distintas a magnitude dos valores de seus desempenhos socioeconômicos. Tanto São Paulo quanto o Distrito Federal também tiveram no transporte e lazer sua maior contribuição negativa para o resultado do seu desempenho socioeconômico, sendo de 26,8% e 30,8%, respectivamente, as participações relativas atribuídas à esta dimensão. Já a dimensão de acesso aos serviços de utilidade pública foi responsável por apenas 7,5% e 6,5% do total dos efeitos marginais no IDS destas Unidades da Federação. Assim, as perdas com origem nesta dimensão não tiveram tanto impacto para o valor final do IDS se comparadas às outras dimensões, cujas perdas apuradas impediram um melhor desempenho. Em contrapartida, no Maranhão, estado com o menor IDS 2008-2009, as contribuições para o total dos efeitos marginais observados no IDS, entre as dimensões, já foram mais uniformes. A dimensão transporte e lazer permaneceu com a maior parcela, 22,3% e moradia ficou um pouco abaixo das demais, 9,9%. As quatro dimensões restantes tiveram participação média em torno de 17%.

Quanto às contribuições das dimensões para o total dos efeitos marginais observados no IDS 2017-2018 (ISNM), exibidas na Tabela 8, observou-se que educação e acesso aos serviços financeiros e padrão de vida são as categorias que tiveram mais efeito negativo na composição do índice para o Brasil, com percentuais em torno de 19%.

Moradia representou 16,1% e acesso aos serviços de utilidade pública e saúde e alimentação ficaram com cerca de 14% do total dos efeitos marginais observados no resultado do IDS, segundo cada dimensão. Uma forma de analisar a relevância das perdas associadas às dimensões no resultado do IDS é observar se há um maior ou menor equilíbrio na contribuição de cada dimensão, ou seja, quando não há uma dimensão que se destaca muito das demais, mostra que o bem-estar daquela sociedade ocorre de forma mais equânime, segundo todos os temas em que a qualidade de vida está sendo avaliada. Nota-se que todas as dimensões apresentaram percentuais significativos, o que revela a natureza multidimensional dos impactos negativos sobre a qualidade de vida da população brasileira. Esta característica demonstra uma necessidade de ações estratégicas integradas e planejadas em diferentes áreas para se combater as perdas na qualidade de vida.

Roraima foi a Unidade da Federação do País com maior crescimento no IDS entre as edições da POF estudadas. Em 2017-2018, as dimensões saúde e alimentação (10,3%) e transporte e lazer (14,1%) foram as que tiveram menor impacto negativo no seu IDS. Por outro lado, acesso a serviços financeiros e padrão de vida (19,7%) e

acesso aos serviços de utilidade pública (19,5%) apresentaram as maiores contribuições sobre o total dos efeitos marginais e impediram que este Estado obtivesse um resultado ainda melhor no seu desempenho socioeconômico.

Considerando o aspecto de disparidade entre as participações das dimensões, na Região Norte destaca-se Rondônia que teve o acesso aos serviços de utilidade pública com 25,7% de contribuição para o total dos efeitos marginais, mas saúde e alimentação apresentaram uma contribuição de apenas 8,9%. O Estado do Piauí registrou maiores contribuições para o total dos efeitos marginais no IDS para as dimensões acesso a serviços financeiros e padrão de vida (19,7%), educação (19,4%) e acesso aos serviços de utilidade pública (19,3%), demonstrando um maior equilíbrio entre a relevância das perdas de qualidade de vida associada a estas dimensões.

Todos os Estados das Regiões Sudeste e Sul apresentaram IDS acima da média nacional e, na grande maioria, educação foi a dimensão que apresentou maior contribuição para o total dos efeitos marginais, mostrando assim a relevância das perdas de qualidade de vida associadas a esta dimensão para os resultados do índice. Pode-se destacar também em São Paulo (6,3%) e em Minas Gerais (9,9%) a menor participação dos efeitos da dimensão de acesso aos serviços de utilidade pública.

Transporte e lazer registrou a maior contribuição para o total dos efeitos marginais no IDS do Distrito Federal, com 22,3%. Saúde e alimentação também merece destaque, pois sua contribuição de 17,8% foi a maior desta dimensão entre as Unidades da Federação do País. Outro aspecto interessante sobre o Distrito Federal é que não foi observada grandes diferenças entre os impactos das seis dimensões no resultado do IDS. Sendo assim, o maior IDS do Brasil é construído a partir de um equilíbrio entre as diversas dimensões que compõem a qualidade de vida da população.

Tabela 8 - Contribuição para o total dos efeitos marginais no índice de desempenho socioeconômico, por tipo de dimensão, segundo as Unidades da Federação período 2017-2018

Unidades da Federação	Contribuição para o total dos efeitos marginais no índice de desempenho socioeconômico, por tipo de dimensão (%)					
	Moradia	Acesso aos serviços de utilidade pública	Saúde e alimentação	Educação	Acesso a serviços financeiros e padrão de vida	Transporte e lazer
Brasil	16,1	14,0	14,1	19,2	19,1	17,5
Rondônia	13,8	25,7	8,9	18,6	16,6	16,4
Acre	15,5	19,7	14,1	17,6	17,0	16,0
Amazonas	16,8	17,6	13,8	15,6	19,9	16,2
Roraima	18,6	19,5	10,3	17,8	19,7	14,1
Pará	15,3	19,7	14,9	16,8	19,2	14,2
Amapá	16,7	22,5	14,3	15,1	17,0	14,4
Tocantins	16,0	16,1	12,1	17,8	20,0	18,0
Maranhão	15,3	18,2	15,4	17,5	19,1	14,4
Piauí	14,9	19,3	10,0	19,4	19,7	16,7
Ceará	16,1	16,0	13,2	20,0	21,2	13,4
Rio Grande do Norte	15,1	17,0	16,1	19,3	18,8	13,7
Paraíba	15,1	16,7	13,2	19,5	19,9	15,6
Pernambuco	15,7	17,7	15,0	17,7	19,3	14,6
Alagoas	15,5	18,3	14,6	19,5	20,1	11,9
Sergipe	15,4	14,0	15,6	19,8	20,1	15,1
Bahia	14,0	15,5	14,8	18,7	19,9	17,1
Minas Gerais	14,8	9,9	13,4	22,0	20,8	19,1
Espírito Santo	17,3	12,0	12,8	20,2	20,4	17,4
Rio de Janeiro	18,7	11,9	13,1	17,2	19,0	20,1
São Paulo	17,7	6,3	15,2	20,3	18,7	21,7
Paraná	16,4	12,9	11,0	22,6	19,7	17,3
Santa Catarina	15,8	17,3	11,1	23,9	17,3	14,6
Rio Grande do Sul	17,3	14,1	17,4	20,3	16,1	14,9
Mato Grosso do Sul	15,6	14,0	12,6	20,4	20,2	17,2
Mato Grosso	14,9	18,7	10,2	18,5	17,6	20,2
Goiás	15,2	15,5	13,6	17,5	16,6	21,6
Distrito Federal	15,0	13,9	17,8	15,3	15,7	22,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota : Considera os valores dos serviços não monetários na composição da renda disponível familiar *per capita*.

Referências

- AABERGE, R.; BRANDOLINI, A. Multidimensional poverty and inequality. *In*: ATKINSON, A. B.; BOURGUIGNON, F. (ed.). *Handbook of income distribution*. Amsterdam: Elsevier, 2015. v. 2, cap. 3, p. 141-216.
- ADLER, M. D.; FLEURBAEY, M. D. (ed.) *The Oxford handbook of well-being and public policy*. New York: Oxford University Press, [2016]. 963 p.
- ALKIRE, S. *Valuing freedoms: Sen's capability approach and poverty reduction*. Oxford: Oxford University Press, 2005. 340 p.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, Amsterdam: Elsevier, v. 95, n. 7-8, p. 476-487, Aug. 2011.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. *Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries*. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative - OPHI, 2010. 139 p. (OPHI working papers, n. 38). Disponível em: <https://ophi.org.uk/acute-multidimensional-poverty-a-new-index-for-developing-countries/>. Acesso em: maio 2023.
- ANAND, S.; SEN, A. Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective. *In*: POVERTY and human development. New York: United Nations Development Programme - UNDP, Human Development Report Office, 1997. p. 1-20. (Human development papers).
- APPROACHES to measuring social exclusion. Geneva: United Nations Economic Commission for Europe – Unece, 2021. 73 p. Apresentado na Conference of European Statisticians, realizada online, em junho de 2021, e preparado pela Unece task force on the measurement of

social exclusion. Disponível em: <https://unece.org/documents/2021/03/working-documents/approaches-measuring-social-exclusion>. Acesso em: maio 2023.

ATHIAS, L.; OLIVEIRA, L. Indicadores de padrão de vida e distribuição de renda. In: SIMÕES, A.; FRESNEDA, B. (org.). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 110-157. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 5). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/20438-panorama-nacional-e-internacional-da-producao-dos-indicadores-sociais.html?edicao=20439&t=publicacoes>. Acesso em: maio 2023.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. D.; FRANCO, S. *O índice de desenvolvimento da família (IDF)*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2003. 19 p. (Texto para discussão, n. 986).

BEM-ESTAR e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil. Brasília, DF: Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, 2018, 188 p. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil>. Acesso em: maio 2023.

CHAKRAVARTY, S. R. *Analyzing multidimensional well-being: a quantitative approach*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2018. 336 p.

CHAKRAVARTY, S. R.; D'AMBROSIO, C. The measurement of social exclusion. *The Review of Income and Wealth*, Malden: Blackwell, v. 52, n. 3, p. 377-398, Sept. 2006. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.550.12&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: maio 2023.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ESTADÍSTICOS DEL TRABAJO, 17., 2003. Ginebra. *Informe de la conferencia*. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2003. 154 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/meetingdocument/wcms_087570.pdf. Acesso em: maio 2023.

D'AMBROSIO, C. (ed.). *Handbook of research on economic and social well-being*. Cheltenham [Reino Unido]: Edward Elgar, 2018. 588 p.

DECANCO, K.; FLEURBAEY, M.; SCHOKKAERT, E. Inequality, income and well-being. In: ATKINSON, A. B.; BOURGUIGNON, F. (ed.). *Handbook of income distribution*. Amsterdam: Elsevier, 2015. v. 2, cap. 2, p. 67-140.

HOW'S life? 2015: measuring well-being. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2015. 264 p. Disponível em: https://doi.org/10.1787/how_life-2015-en. Acesso em: maio 2023.

HUMAN development report 2019: beyond income, beyond averages, beyond today: inequalities in human development in the 21st century. New York: United Nations Development Programme - UNDP, 2019. 350 p.

Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2019>. Acesso em: maio 2023.

MAIA, A. G. *et al.* *Mensuração da pobreza no Brasil: uma abordagem multidimensional*. [Campinas], 2020. 77 p. Relatório final do projeto de pesquisa Estudos e pesquisas em avaliação de políticas sociais, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Não publicado.

MAPA de pobreza e desigualdade: municípios brasileiros 2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 1 DVD. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=241385>. Acesso em: maio 2023.

NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. (ed.). *The quality of life*. New York: Oxford University Press, 1993. 453 p. (Unu-wider studies in development economics). Disponível em: <http://doi.org/10.1093/0198287976.001.0001>. Acesso em: maio 2023.

OLIVEIRA, L. S. de. *Três ensaios sobre pobreza multidimensional*. 2010. 226 p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=255618&view=detalhes>. Acesso em: maio 2023.

OLIVEIRA, L. S. de *et al.* Construction of a consumption aggregate based on information from POF 2008-2009 and its use in the measurement of welfare, poverty, inequality and vulnerability of families. *The Review of Income and Wealth*, Ottawa: International Association for Research in Income and Wealth - IRAIW, v. 62, p. 179-210, Aug. 2016. Suplemento. Disponível em: <http://www.roiw.org/2016.asp>. Acesso em: maio 2023.

OLIVEIRA, L. S. de *et al.* The expansion of consumption and the welfare dynamics of the Brazilian families: a decomposition analysis of poverty and inequality. In: SOCIETY FOR THE STUDY OF ECONOMIC INEQUALITY - ECINEQ MEETING, 17., 2017, New York. *Papers [...]*. New York: City University of New York, The Graduate Center, 2017. p. 1-38. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332211428_The_expansion_of_consumption_and_the_welfare_dynamics_of_the_Brazilian_families_a_decomposition_analysis_of_poverty_and_inequality. Acesso em: maio 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OECD guidelines on measuring subjective well-being*. Paris: OECD, 2013. 270 p. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264191655-en>. Acesso em: maio 2023.

PESQUISA de Orçamentos Familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores de qualidade de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. 54 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=32323&t=publicacoes>. Acesso em: maio 2023.

PESQUISA de Orçamentos Familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 110 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=29142&t=publicacoes>. Acesso em: maio 2023.

PESQUISA de Orçamentos Familiares 2017-2018: perfil das despesas no Brasil: indicadores selecionados de alimentação, transporte, lazer e inclusão financeira. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. 124 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=31309&t=publicacoes>. Acesso em: maio 2023.

STIGLITZ, J. E.; SEN, A.; FITOUSSI, J. *Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress*. Paris: Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE, 2009. 291 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/258260767_Report_of_the_Commission_on_the_Measurement_of_Economic_Performance_and_Social_Progress_CMEPSP. Acesso em: maio 2023.

TRATAMENTOS das informações. In: IBGE. *Pesquisa de Orçamentos Familiares*. Rio de Janeiro, 1991. v. 2. 198 p. (Série relatórios metodológicos, v. 10). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81836_v2.pdf. Acesso em: maio 2023.

TSUI, K. Multidimensional generalizations of the relative and absolute inequality indices: the Atkinson-Kolm-Sen approach. *Journal of Economics Theory*, Amsterdam: Elsevier, v. 67, n. 1, p. 251-265, Oct. 1995.

TSUI, K. Multidimensional poverty indices. *Social Choice and Welfare*, New York: Springer, v. 19, n. 1, p. 69-93, 2002.

VILLATORO, P. (comp.). *Indicadores no monetarios de pobreza: avances y desafíos para su medición*. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal, 2017, 165 p. (Seminarios y conferencias, 87). Memoria do seminário regional realizado em Santiago, em maio de 2017. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/43140-indicadores-monetarios-pobreza-avances-desafios-su-medicion>. Acesso em: maio 2023.

Anexos

1 População residente, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2008-2009

2 População residente, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados - período 2017-2018

3 Renda disponível familiar *per capita* - RDFPC, exclusive o valor dos serviços não monetários, segundo as Unidades da Federação - período 2017-2018

**Anexo 1 - População residente, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados
período 2008-2009**

(continua)

Condicionantes e subgrupos selecionados	População residente	
	Total	Proporção (%)
Localização geográfica do domicílio		
Brasil	190 278 997	100,0
Urbano	157 850 195	83,0
Rural	32 428 802	17,0
Grandes Regiões		
Norte	15 373 586	8,1
Nordeste	53 553 467	28,1
Sudeste	79 921 850	42,0
Sul	27 608 770	14,5
Centro-Oeste	13 821 324	7,3
Composição demográfica		
Até 24 anos	7 011 812	3,7
25 a 49 anos	108 845 224	57,2
50 a 64 anos	49 409 478	26,0
65 anos ou mais	25 012 483	13,1
Cor		
Pretos e pardos	87 683 871	46,1
Brancos	99 982 135	52,5
Sexo		
Homem	137 733 611	72,4
Mulher	52 545 386	27,6
Nível de Instrução		
Sem instrução	18 391 639	9,7
Ensino fundamental incompleto	89 836 845	47,2
Ensino fundamental completo	16 427 856	8,6
Ensino médio incompleto	9 384 720	4,9
Ensino médio completo	34 885 471	18,3
Ensino superior incompleto	5 380 283	2,8
Ensino superior completo	15 972 184	8,4
Composição da família		
Um adulto sem criança	7 996 023	4,2
Um adulto com ao menos uma criança	65 096 755	34,2
Mais de um adulto sem criança	16 314 903	8,6
Mais de um adulto com ao menos uma criança	46 677 811	24,5
Um ou mais idosos com ou sem crianças	6 187 619	3,3
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	48 005 886	25,2

**Anexo 1 - População residente, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados
período 2008-2009**

(conclusão)

Condicionantes e subgrupos selecionados	População residente	
	Total	Proporção (%)
Ocupação e Formalização		
Empregado doméstico		
Empregado com carteira	4 643 326	2,4
Empregado sem carteira	5 464 859	2,9
Militar e empregado do setor público	45 406 469	23,9
Conta própria	101 188 419	53,2
Empregador	5 829 145	3,1
Fora da força de trabalho e outros casos	27 745 328	14,6
Décimos de Rendimento		
1º	19 028 857	10,0
2º	19 027 327	10,0
2º	19 045 136	10,0
4º	19 014 471	10,0
5º	19 027 245	10,0
6º	19 055 248	10,0
7º	19 010 771	10,0
8º	19 016 954	10,0
9º	19 026 355	10,0
10º	19 026 633	10,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

Nota: Nesta publicação apenas um subconjunto dos moradores é considerado: os moradores com condição na família diferente de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

**Anexo 2 - População residente, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados
período 2017-2018**

(continua)

Condicionantes	População residente	
	Total	Proporção (%)
Localização geográfica do domicílio		
Brasil	207 021 494	100,0
Urbano	176 498 720	85,3
Rural	30 522 774	14,7
Grandes Regiões		
Norte	17 766 454	8,6
Nordeste	56 450 409	27,3
Sudeste	87 341 382	42,2
Sul	29 600 708	14,3
Centro-Oeste	15 862 540	7,7
Composição demográfica		
Até 24 anos	6 420 345	3,1
25 a 49 anos	108 652 184	52,5
50 a 64 anos	59 820 677	28,9
65 anos ou mais	32 128 288	15,5
Cor		
Pretos e pardos	118 345 333	57,2
Branços	85 727 022	41,4
Sexo		
Homem	123 692 325	59,7
Mulher	83 329 169	40,3
Nível de Instrução		
Sem instrução	14 569 402	7,0
Ensino fundamental incompleto	76 235 043	36,8
Ensino fundamental completo	18 219 314	8,8
Ensino médio incompleto	10 422 936	5,0
Ensino médio completo	52 388 631	25,3
Ensino superior incompleto	6 850 387	3,3
Ensino superior completo	28 335 781	13,7
Composição da família		
Um adulto sem criança	6 347 592	3,1
Um adulto com ao menos uma criança	5 039 346	2,4
Mais de um adulto sem criança	57 368 695	27,7
Mais de um adulto com ao menos uma criança	94 012 897	45,4
Um ou mais idosos com ou sem crianças	9 119 259	4,4
Um ou mais idosos, com ao menos um adulto, com ou sem crianças	35 133 705	17,0
Ocupação e Formalização		
Empregado doméstico	11 399 134	5,5
Empregado com carteira	48 484 899	23,4
Empregado sem carteira	16 211 386	7,8
Militar e empregado do setor público	18 823 175	9,1
Conta própria	45 989 948	22,2
Empregador	7 239 741	3,5
Fora da força de trabalho e outros casos	58 873 211	28,4

**Anexo 2 - População residente, segundo os condicionantes e subgrupos selecionados
 período 2017-2018**

(conclusão)

Condicionantes	População residente	
	Total	Proporção (%)
Décimos de Rendimento		
1º	20 703 308	10,0
2º	20 703 886	10,0
2º	20 704 523	10,0
4º	20 701 623	10,0
5º	20 702 189	10,0
6º	20 712 373	10,0
7º	20 687 854	10,0
8º	20 701 821	10,0
9º	20 705 525	10,0
10º	20 698 393	10,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Nota: Nesta publicação apenas um subconjunto dos moradores é considerado: os moradores com condição na família diferente de empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Anexo 3 - Renda disponível familiar *per capita* - RDFPC, exclusive o valor dos serviços não monetários, segundo as Unidades da Federação - período 2017-2018

Unidades da Federação	Média da RDFPC (R\$)
Brasil	1 534,61
Rondônia	1 089,89
Acre	987,49
Amazonas	891,94
Roraima	1 148,39
Pará	802,23
Amapá	1 058,44
Tocantins	892,50
Maranhão	688,20
Piauí	949,33
Ceará	927,61
Rio Grande do Norte	1 103,69
Paraíba	967,60
Pernambuco	1 056,46
Alagoas	765,85
Sergipe	1 249,16
Bahia	1 109,96
Minas Gerais	1 474,77
Espírito Santo	1 536,59
Rio de Janeiro	1 696,88
São Paulo	2 139,91
Paraná	1 702,72
Santa Catarina	1 851,49
Rio Grande do Sul	1 944,69
Mato Grosso do Sul	1 592,92
Mato Grosso	1 516,13
Goiás	1 557,44
Distrito Federal	3 064,14

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios

Adriana Araújo Beringuy

Gerência da Pesquisa de Orçamentos Familiares

Leonardo Santos de Oliveira

Análise do Perfil das Despesas no Brasil: indicadores de qualidade de vida

Tabulação dos resultados

André Luiz Martins Costa

Isabel Cristina Martins Vicente dos Santos

Leonardo Santos de Oliveira

Luciana Alves dos Santos

Marcelo Rubens dos Santos do Amaral

Paulo Roberto Coutinho Pinto

Textos e comentários

André Luiz Martins Costa

Isabel Cristina Martins Vicente dos Santos

Leonardo Santos de Oliveira

Luciana Alves dos Santos

José Mauro de Freitas Júnior

Revisão e preparo de originais

André Luiz Martins Costa

Isabel Cristina Martins Vicente dos Santos

José Mauro de Freitas Júnior

Leonardo Santos de Oliveira

Luciana Alves dos Santos

Laura Maria do Carmo Arêas

Marcelo Rubens dos Santos do Amaral

Paulo Roberto Coutinho Pinto

Planejamento, acompanhamento e controle

Gerência da Pesquisa de Orçamentos Familiares

André Luiz Martins Costa

Isabel Cristina Martins Vicente dos Santos

José Mauro de Freitas Júnior

Juliano José Guimarães Junqueira

Laura Maria do Carmo Arêas

Leonardo Santos de Oliveira

Luciana Alves dos Santos

Marcelo Rubens dos Santos do Amaral

Paulo Roberto Coutinho Pinto

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção Editorial e Gráfica

Marisa Sigolo Mendonça

Gerência de Editoração

Estruturação textual

Leonardo Martins

Diagramação tabular e de gráficos

Leonardo Martins

Márcia do Rosário Brauns

Diagramação textual

Leonardo Martins

Solange Maria Mello de Oliveira

Gerência de Sistematização de Conteúdos Informativos

Pesquisa e normalização documental

Ana Raquel Gomes da Silva

Daniela Rangel Granja

Leusimar Lourenço de Abreu Santos

Lioara Mandoju

Nadia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Normalização textual e padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quartas capas

Ana Raquel Gomes da Silva

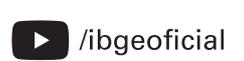
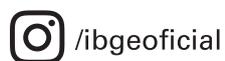
Gerência de Gráfica

Ednalva Maia do Monte

Gerência de Impressão, Acabamento e Logística

Newton Malta de Souza Marques

Se o assunto é **Brasil**,
procure o **IBGE**.



www.ibge.gov.br 0800 721 8181

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA NO BRASIL

COM BASE NA PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES

As Pesquisas de Orçamentos Familiares - POFs realizadas pelo IBGE visam disponibilizar informações sobre a composição dos orçamentos domésticos e as condições de vida da população brasileira, incluindo a percepção subjetiva da qualidade de vida, além de gerar bases de dados e estudos sobre o seu perfil nutricional.

Os resultados da POF 2017-2018 ensejaram estudos sobre a avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos, o consumo alimentar pessoal, a segurança alimentar, bem como sobre o perfil das despesas no Brasil, com base em indicadores selecionados, culminando com a avaliação da qualidade de vida da população, realizada, pela primeira vez, sob a perspectiva de dois índices de perdas ou privações multidimensionais. O primeiro, índice de perda de qualidade de vida (IPQV), mensura as perdas ou privações vividas pelas pessoas nas seguintes dimensões: *Moradia*; *Acesso aos serviços de utilidade pública*; *Saúde e alimentação*; *Educação*; *Acesso aos serviços financeiros e padrão de vida*; e *Transporte e lazer*. O segundo, índice de desempenho socioeconômico (IDS), permite avaliar de que modo tais perdas afetam o desenvolvimento do conjunto da sociedade. O IPQV e o IDS refletem as dificuldades das famílias para transformar, integralmente, todos os seus recursos e as suas aquisições de bens e serviços em qualidade de vida. Por serem estatísticas novas, que ainda estão em fase de teste e sob avaliação, tais indicadores foram divulgados sob o selo de Investigações Experimentais.

Em virtude da relevância e do impacto dos resultados obtidos com o cálculo do IPQV e do IDS para a POF 2017-2018, decidiu-se estender a análise desses índices multidimensionais para a POF 2008-2009 e observar a evolução da qualidade de vida da população brasileira entre as duas edições da pesquisa. A análise temporal então empreendida, objeto desta publicação, também tem natureza experimental, por contemplar estatísticas novas, que ainda estão em fase de teste e sob avaliação. O IPQV é apresentado por recortes geográficos; variáveis associadas à qualificação para o convívio social e para o ingresso na atividade econômica, como a escolaridade; e variáveis relativas à inserção da pessoa de referência da família no mercado de trabalho. O IDS, por sua vez, é apresentado para o Brasil e as Unidades da Federação.

As notas técnicas que integram a publicação sintetizam os procedimentos gerais utilizados na coleta e no tratamento dos dados da pesquisa e descrevem o arcabouço conceitual e o modelo metodológico aplicado para as referidas dimensões e a construção dos índices, entre outras considerações de natureza metodológica.

A exemplo das anteriores, esta publicação está acessível no portal do IBGE na Internet, que disponibiliza ainda os instrumentos de coleta utilizados em ambas as edições da pesquisa, assim como os seus microdados, de modo a facilitar a exploração de tais bases de dados segundo perspectivas diversas.



ISBN 978-85-240-4571-4



9 788524 045714